

1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
2



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



40ª Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

Sala de CT, Térreo do Edifício Marie Prendi Cruz
Brasília, 04 de março de 2010
(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

42O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) - Nós já estamos com quorum, nós
43temos os representantes da ANAMA e das ONG ambientalistas da sociedade civil
44ainda não estão presentes, mas já temos o quorum e eu gostaria de começar a
45reunião queria dá bem vindos a todos, estamos começando a primeira reunião
46Câmara Técnica de Controle Ambiental de 2010, 40ª Reunião Câmara Técnica de
47Controle e Qualidade. Nós estamos com a proposta de pauta na tela, acho que
48todos devem ter o acesso a ela já tiveram acesso prévio na pauta. Eu consulto se a
49alguma observação, passando para o segundo de pauta, aprovação da transcrição
50dos resultados para 39ª reunião CTCQA, que também foi disponibilizada no site. Eu
51consulto se há alguma observação em relação à transcrição da 39ª reunião, que foi
52a reunião que fizemos em outubro do ano passado no final do ano de 2009, há
53alguma observação em relação à transcrição e os resultados? Nenhuma
54observação? Podemos considerar aprovados? Então aprovados os resultados da
5539ª reunião. Vamos passar aqui rapidamente a ordem do dia nós temos 1º
56apresentação do relatório do grupo que discutiu a 357 a Doutora Zuleica do Governo
57de Minas Gerais, ela está no aeroporto estamos com problemas hoje, não sei se
58você tiveram esse problema parece que os taxis estão em greve, estamos
59mandando um carro para pegar Doutora Zuleica e trazer aqui na nossa reunião
60então. Depois nós temos uma apresentação do grupo de Fósforo que também o
61relatório do GT do monitoramento que se trata de fósforo avaliação da resolução 359
62e também temos uma discussão sobre uma apresentação do que o Doutor Alonso
63vai fazer sobre o grupo que está retratando de fontes fixas, também nós temos ai à
64extensão, nós temos que discutir a extensão de prazo desse grupo que já está com
65prazo vencido. Nós deveremos ter depois uma breve discussão ai, eu vou fazer uma
66apresentação dos pontos que nós temos na nossa agenda para que a nós
67escutamos a priorização desses pontos de pauta para as próximas reuniões e
68teremos um informe da apresentação plano nacional de qualidade do ar o Doutor
69Rudolf está ai, e teremos também um breve informe sobre a questão da resolução
70que se dispõem licenciamento ambiental e saúde e segurança do trabalhador. Está
71previsto que a gente faria uma apresentação por parte da CNI sobre os resultados
72de um estudo que está sendo feito pela CNI sobre o levantamento licenciamento
73ambientais, parece que a gente vai deixa isso para a próxima reunião, queria ouvir a
74CNI.

75

76O SR WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) - Bom dia a todos. Na verdade o
77que nós dissemos na ultima reunião estamos desenvolvendo estudos, mas ainda
78não temos os dados prontos e ainda devidamente validados para que sejam tornando
79público então no momento oportuno tendo a sinalização política do que a nós
80poderíamos fazê-lo nós iremos trazer a Câmara Técnica para que vocês possam
81apreciar os resultados do que fizemos do licenciamento ambiental.

82

83O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) - Ok, obrigado pelos conhecimentos e
84será muito bem vindo esse relatório os resultados que trata de uma questão que tem
85permeado não só toda a discussão de desenvolvimento do país mais também a
86pauta dessa Câmara Técnica. Eu queria perguntar, eu tenho uma sugestão em
87relação a esta pauta que seria, devido esse problema da Doutora Zuleica que está
88com dificuldade de se deslocar nós começamos com esse informe sobre o plano
89nacional de qualidade do ar convidamos o Doutor Rudolf para já fazer essa
90apresentação do informe e logo em seguida com a chegada da Doutora Zuleica a
91gente retorna a ordem do dia pode ser assim? Estou trabalhando com cenário, como

92 está montado está pauta não tem questões talvez muito polêmicas para deliberação
93 hoje nós talvez consigamos concluir essa reunião ainda no dia de hoje. Então Doutor
94 Rudolf da secretaria de mudanças climáticas e qualidades, na última reunião foi feita
95 uma solicitação no âmbito da Câmara Técnica sobre o que queriam ter maiores
96 esclarecimentos, maior conhecimento sobre os andamentos e o desenvolvimento do
97 plano nacional da qualidade do ar. Então, atendendo a essa solicitação os membros
98 da Câmara Técnica foi feita uma solicitação a secretária de mudanças climáticas e
99 qualidade e o Doutor Rudolf está aqui para nos trazer essas informações sobre o
100 andamento do plano nacional de qualidade do ar, vou passar para o Doutor Rudolf.

101

102 **SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** - Obrigado, agradeço o convite de vocês
103 para vir trazer este informe. Há tanto também que não venho à Câmara Técnica. Eu
104 já estava com saudade. Mas, bom. O Ministro Minc quando chegou ao Governo, ele
105 se inteirando das questões de qualidade do ar, nós apresentamos naquela ocasião
106 uma proposta nossa de que deveríamos ter uma política nacional de qualidade do ar
107 um Projeto de Lei que fosse encaminhado ao Congresso e que fosse um
108 instrumento vinculante, um instrumento que tivesse regras tanto do Governo Federal
109 quanto dos Estados e Municípios e iniciativa privada. Nós debatemos internamente
110 esse assunto e o saldo foi uma decisão do Ministro de que nós optássemos por num
111 primeiro no momento elaborar um plano que obviamente não sendo um instrumento
112 jurídico temos um escopo pouco mais de orientação e organização de ações
113 federais do que desrespeita o assunto, o Ministério da Saúde se juntou a nós nessa
114 iniciativa em que os ministros se encontraram e discutiram sobre isso e também
115 convidamos o Ministério das Cidades já que a opção foi que o plano fosse
116 direcionado para uma discussão na conferência nacional da saúde ambiental que
117 houve em dezembro. Então, a idéia é que houvesse um conjunto de ações
118 coordenadas que se aproveitassem as sinergias possíveis das áreas de meio
119 ambiente, saúde e mobilidade urbana. Infelizmente o Ministério das Cidades acabou
120 por não contribuir com o conteúdo do plano e ficou um conjunto de ações da área da
121 meio ambiente e de saúde. No escopo do plano nós dividimos entre ações de fonte
122 móveis, fontes fixas fontes agropastoris e de saúde. As ações de saúde eu não seria
123 a melhor pessoa até para expor para vocês e também eu estou vendo aqui a pauta
124 apertadíssima e eu acho que esse é o grupo que menos precisa de um
125 detalhamento dessas ações que compõem de algumas delas porque imagino o que
126 vou explicar para vocês o que é o PRONCOVE ou que o é Programa de Inspeção
127 Veicular que nós passamos o ano passado inteirinho discutindo. Então, eu vou
128 passar rapidamente por esse escopo dessas áreas que o plano se dedica. Em
129 primeiro lugar as fontes móveis, passando rapidamente aqui em relação a fontes
130 móveis obviamente o nosso carro forte é o PROCONVE todos os senhores aqui
131 conhecem muito. Bom o PROMOTE que nós teremos este ano ainda vamos trazer
132 para o conselho a próxima fase para o PROMOTE que é a fase M3 que já está
133 sendo feito um rascunho no IBAMA de conferir uma estrutura de uma nova fase para
134 que gente traga para a Câmara Técnica para iniciar o debate com os Conselheiros.
135 O PRONCONVE está em plena execução tivemos problemas no passado em
136 cumprimento à resolução 315 e acreditamos que uma outra resolução que os
137 senhores avaliaram que foi a reformulação a CAP venha nos trazer segurança na
138 execução das fases do PROCONVE. Só aproveitando a presença do Botelho só a
139 ANP que ainda não enviou a indicação dos membros se você pudesse dar uma
140 reforçada com a superintendente Rosângela na semana passada, mas nós estamos
141 só na expectativa de receber a indicação da ANP a idéia é convocar a comissão

142ainda este mês. Também consta aqui o lançamento de um inventário nacional de
143fontes moveis esse inventário está em fase final de elaboração por um Grupo de
144Trabalho criado por uma portaria também do Ministério um Grupo de Trabalho
145formado pelo Ministério do Meio Ambiente obviamente, pelo IBAMA, CETESB, pela
146NP e pelo DENATRAN são essas instituições. A questão da inspeção veicular
147também consta aqui. A questão com a Nota Verde. Eu acho que nós não sabemos
148se nós conversarmos na Câmara Técnica sobre a Nota Verde que foi lançada no fim
149do ano passado. A Nota Verde é um ranking dos veículos vendidos no País que
150classificam todos eles de uma a cinco estrelas. E ele engloba tanto a questão dos
151poluentes normatizados pelo PROCONVE quanto à questão dos gases de efeito
152estufa, então você hoje pode entrar na página do IBAMA entra lá no *banner* de Nota
153Verde você escolhe comparações dos veículos. Então, hoje o consultor brasileiro no
154momento de compra do carro novo ele tem todas as informações ali através o site
155ele tem em primeiro lugar um nota de uma a cinco estrelas que visualmente é
156simples, mas querendo maiores detalhes ele acha as emissões de CO, de
157hidrocarboneto, de NOX e de CO₂ é um instrumento bastante importante que está à
158disposição dos consumidores e que nós imaginamos inclusive que possa servir para
159o Ministério da Fazenda nas formulações de políticas tributárias porque há uma
160intenção hoje forte de se inserir variadas ambientais na base de cálculo de certos
161impostos como, por exemplo, o IPI e nós estamos já em negociação com o
162Ministério da Fazenda para que a Nota Verde possa ser um instrumento também de
163política tributária para veículos. A CAP que também em relação ao ARLA 32 que é
164aquele produto que vai ser obrigatório o uso nos veículos a diesel a partir de 2013
165também consta aqui no plano nós temos um Grupo de Trabalho com MDIC, com o
166MME e com a Casa Civil que já estamos em fase final do desenho que será a
167normatização e a fiscalização deste produto para que na oportunidade que os
168veículos começa em a serem vendidos já haja a disponibilidade do produto de
169qualidade no mercado. Em termo de fontes fixas também há um conjunto de
170atividades que começam, eu acho o que Cláudio Alonso vai nos falar agora da
171continuidade do GT, então também sobre uma base uma atualização normativa,
172depois eu vou querer fazer que este material chegar a vocês que infelizmente a
173gráfica entregou o conjunto de todos os materiais publicado na conferência e
174desapareceu instantaneamente e na semana seguinte a gráfica foi suspenso o
175contrato com o Ministério e eu perdi todo o material impresso e a base, inclusive
176eletrônica. Então, eu tenho aqui esse que eu vou fazer umas cópias para vocês é
177uma coisa assim por que é interessante que os Conselheiros tenham esse material.
178Eu vou ver com essa gráfica se eles pelo menos dão um arquivo em PDF para que
179nós possamos replicar. Outro conjunto de ações que nós desenvolvemos no
180Ministério do Meio Ambiente que estão aqui também arrolados como o PETP. É que
181na verdade é o RETP, na verdade, é o Registro da Emissão de Transferência de
182Poluente que é um projeto que vem sendo desenvolvido pela diretoria de qualidade
183ambiental. Bom, interessante é o seguinte, esse aqui é um conjunto de ações do
184Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde, ou seja, há projetos aqui que
185são projetos em execução por outras áreas e, inclusive pelo IBAMA e pelo Instituto
186Chico Mendes o RETP que é o Registro de Emissão e Transferência de Poluentes
187um deles é um projeto que está sendo já executado pela diretoria de qualidade
188ambiental e que eu acho que tem uma ligação enorme com o trabalho ligado às
189fontes fixas das emissões de poluente e, inclusive a Mirtes está aqui que à
190responsável pela execução do programa. Eu acho que só esse projeto já valeria
191uma apresentação para vocês com mais detalhe. RETP, Registro de Emissão e

192Transferência de Poluente. Na verdade, isso é uma base importantíssima para o
193inventário de poluentes no Brasil. São 198. É um conjunto robusto de substâncias
194contaminantes que serão inventariadas e serão registradas através de um portal no
195Ministério do Meio Ambiente e que está em plena execução esse trabalho são
196recursos ambientais na ordem de... Mais enfim é um projeto que está em andamento
197é que nós não vimos preparados para trazer este tipo de detalhe não sei nem se
198aqui no texto ele... Além de outras ações ligadas a convenção de Estocolmo vocês
199sabem que estamos em plena implantação também da comissão de Estocolmo no
200Brasil já está iniciando agora NIP Plano de Implementação Nacional da Convenção
201e há uns capítulos especiais sobre de Oxidas de Furanos. NIP também tem
202recurso do JEF que foram já depois de muito esforço foram liberados, mas hoje nós
203temos uma clareza de que temos os recursos que vêm do fundo global do meio
204ambiente através do Ministério do Planejamento e que vamos executar no Brasil a
205implementação da convenção de Estocolmo onde há ações específicas de Oxidas
206de Furanos que vão contribuir certamente a qualidade do ar. Outras ações que já
207são propostas também no sentido de inventários de fontes fixas, a questão COVIS
208que nós não temos hoje no Brasil regra que digam respeito a esses compostos
209orgânicos voláteis são questões ligadas à distribuição do combustível, à medida que
210você tira o combustível da fábrica transporta põe no posto em cada movimento disso
211você tem uma perda enorme do material volátil e que hoje na Europa e nos Estados
212Unidos já há uma regulamentação completa sobre isso no Brasil é um assunto que
213está carente eu acho que de uma base normativa. Das fontes antropogênicas também
214aí que entra a mais pesada das ações do IBAMA e o Instituto Chico Mendes no
215sentido das queimadas no sentido do monitoramento do desmatamento que são
216ações que têm um foco mais claro com a questão climática com a emissão de gás
217de efeito estufa, mas que também tem um significado muito grande na qualidade do
218ar das cidades. Nós tivemos em uma aproximação muito grande com a equipe do
219SIPAM – Sistema de Proteções da Amazônia e com contato com os governos
220estaduais principalmente do Acre, Rondônia e Mato Grosso nós detectamos que
221essas questões que são rurais ou que são ligadas a desmatamentos elas têm um
222impacto urbano muito grande. Cidade como Cuiabá nas fases agudas de queimadas
223elas apresentam um nível de particular que só consegue alcançar em laboratório.
224Realmente é uma questão que tem um significado urbano também muito importante.
225Então nós estamos em contato com o SIPAM nós já elaboramos um projeto do que
226seria um programa do monitoramento da qualidade do ar na cidade Amazônica que
227começaria primeiro com Acre, Rondônia e Mato Grosso e a idéia é que depois nos
228expandir para todas as outras capitais da região Norte que tem um impacto grande
229na qualidade do ar em função de queimadas e desmatamento. Então, tinha também
230a presença lá das equipes da Secretaria Estaduais de saúde também do Acre,
231Rondônia e de Mato Grosso e foi um debate muito bom. E realmente o foco vai ser
232muito, a idéia é que as Secretarias de Meio Ambiente e Saúde desses três Estados
233junto com o SIPAM elas façam a execução desse projeto de monitoramento da
234qualidade do ar das cidades amazônicas, aliás, foi lá que eu saí de rota e que eu
235voltei com o rim quebrado. E já fui direto para o hospital de Porto Velho. Enfim aqui
236depois vocês receberem o material tem uma síntese obviamente isso aqui não vai
237encerrar e nós não podemos dizer o que foco dos programas de prevenção e
238controle do desmatamento da Amazônia mesmo do Cerrado seja a questão de
239qualidade do ar, mas são ações que têm efeitos enormes e imediatos nessa nossa
240questão. Então, nós arrolamos aqui uma série de iniciativas tanto da Secretaria
241Executiva que coordena o departamento de combate ao desmatamento e também o

242de coordenação da Amazônia e ações do IBAMA do Chico Mendes no que diz
243respeito ao prévio fogo e outras iniciativas também a secretaria de desenvolvimento
244rural sustentável nos trouxe toda uma agenda com o setor canavieiro no sentido de
245também evitar queimadas e o próprio zoneamento econômico ecológico da cana.
246Então, uma série de iniciativa nesse sentido. O CIPAM, eu já lei um pouquinho. Tem
247aqui as iniciativas da saúde que passam muito por um diagnóstico muito bem feito
248que nos trazem alguns dados que relacionam à qualidade do ar com a mortalidade
249precoce e índice de morbidade também. Com dados que nós sempre gostamos de
250dizer, por exemplo, segundo o estudo que o Ministério da Saúde apresenta o
251adiamento da Resolução 315, por exemplo, no que diz respeito a veículos pesados
252vai provocar a morte prematura de 14 mil e 85 pessoas só em seis regiões
253metropolitanas. Então, os dados da saúde são sempre muito contundentes e eu
254acho que são importantes instrumentos de pressão política para que as nossas
255ações aqui relacionadas às qualidades do ar sejam eficazes. Eu já ouvi comentários,
256algumas críticas, que nós pegamos um bando de coisa que estava em andamento
257juntou num saco amarrou e vendeu como um plano novo, aliás, realmente nós
258temos aqui um conjunto de ações que já são ações existentes, mas eu acho que a
259soma e a sinergia dessas ações de fato ela configuram uma estratégia de ação
260política do Governo Federal. Na verdade, e aqui nós temos alguns dos grandes
261especialistas nesse assunto, o saneamento da questão da qualidade do ar no país é
262conhecido e nós sabemos exatamente o que tem que ser feito a partir de uma base
263normativa de um monitoramento eficaz da estratégia de execução de política de
264licenciamento de fiscalização, eficazes nós teríamos melhorias concretas da
265qualidade do ar. E quem é o agente executivo de todas as ações no nosso sistema?
266É sem dúvida o foco das ações é o governo estadual. Então, o que me parece o que
267grande desafio que traz aqui o plano é que é algo que temos que construir em
268conjunto seria uma elaboração de um plano robusto com recursos financeiros claros
269com fontes que a gente consiga mensurar e consigamos ter segurança de
270disponibilizar de investimento na gestão da qualidade do ar dos governos estaduais
271e isso vem no plano como uma proposta de um programa a ser executado este ano
272e eu acho que é que isso eu convindo principalmente os colegas da ABEMA para
273trabalhar conosco e existe uma sinalização de recurso do PNMA para isso seriam
274recursos iniciais e que a princípio não seria algo complicadíssimo de se conseguir
275porque já é algo que estaria no escopo do PNMA. E eu acho o que desenho desse
276programa é que seria um desafio interessante e eficaz para que nós pudéssemos ter
277uma mudança significativa na qualidade do ar no Brasil. Nós fizemos previamente à
278elaboração do plano um trabalho de levantamento em todas as secretarias estaduais
279de que elas estariam estruturadas para gerir a questão. Esse estudo nós vamos
280lançar em breve. Nesse outro momento vocês vão ter a oportunidade de ver o
281resultado final que tem uma tabelinha que eu acho interessante, infelizmente não
282tenho como entregar para vocês agora. Mas, aqui eu não sei é pequenininho, mas
283dá para ver que tem muito vermelho, ou seja, o vermelho esse aqui é a coluna e
284aqui tem os Estados e aqui uma série de ações de que diz em respeito ao
285geralmente da qualidade do ar pelos governos estaduais e o vermelho é que não
286tem o verde que tem obviamente os Estados que têm mais estrutura institucional
287que são esses aqui da Região Sudeste já há uma quantidade maior de células
288verdes, mas a idéia de um programa como esse seria transformar o que tem aqui de
289vermelho em verde esse seria um verdadeiro programa com impacto na qualidade
290do ar que poderiam trazer resultado para nós. E eu acho que grande saldo que tem
291aqui a participar conosco nós estamos agora no mês complicado por que o Ministro

292está com uma agenda muito intensa no mês de março. Nós devemos estar lançando
293o inventário de fontes móveis no final do mês e convocando a comissão de
294acompanhamento do PROCONVE logo em seguida, mas é uma agenda que eu
295acho que a partir de abril, Elias e a Cláudio Alonso, nós devemos começar na
296estruturação desse programa que eu acho que nós temos que pensar em soluções
297definitivas. Nós já temos um somatório de ações interessantes, mas eu acho que
298nós temos que pensar em termos de fortalecimento de um sistema de gestão de
299qualidade do ar. Eu já falei muito Volney e ficaria mais à disposição para perguntas.

300

301**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Está aberta a palavra, para
302comentários e esclarecimentos.

303

304**O SR ELIAS ALBERTO MORGAN (Governo de Estado do Espírito Santo)** - Eu
305gostaria agradecer a apresentação do Dr. Rudolf de eu queria lembrar um detalhe,
306nós da ABEMA Espírito Santo e inclusive hoje a presidência da ABEMA com a
307Doutora Maria da Glória a Secretaria de Meio Ambiente do Espírito Santo eu acho
308que nós deveríamos iniciar imediatamente a nossa discussão ate porque estamos
309no ano eleitoral e de que forma que nós não tenhamos descontinuidade no
310andamento desse projeto. E nos colocamos à inteira disposição para iniciar esse
311trabalho e gostaria muito de receber esse material para que nós comecemos as
312articulações.

313

314**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** - Eu reforço o que
315disse o Elias até porque quem vai fazer esses planos quem vai cumprir, digamos
316assim, tarefas são os Estados. Então, eu acho o que envolvimento maior do Estado
317facilita a própria desenvolvimento do plano para não virar apenas um papel escrito.
318Me chama atenção especialmente a questão de queimadas, e eu gostaria de
319reforçar uma coisa, além das queimadas da Amazônia nós temos o problema sério
320que é a queima da cana que em São Paulo nós estamos acelerando os processos e
321etc., mas nós temos estudos em São Paulo não são de hoje e nem são poucos que
322mostram a influencia das queimada da cana no impacto da saúde dos centros
323urbanos o material particulado talvez sem seja o principal, nesse caso da queimada
324da cana, mas sim o ozônio. O que pesa São Paulo ser o maior produtor e nós temos
325tomado um conjunto de cuidados em relação a isso. Não é o único produtor existe
326muita produção de cana em outros locais e me parece que os avanços de controle
327dessas queimadas mecanização de colheita e de coleta e etc. ele é mais lento nos
328outros locais. Como são áreas muito mais próximas de área urbanas ou muito
329próximas e o impacto muito grande, eu ressaltaria dentro dessa problemática total
330de queimada, eu ressaltaria o problema da queimada da cana. Tentar estabelecer
331prazos, metas de redução de queimadas etc. porque o impacto na saúde da
332queimada da cana é grande. Então seriam duas coisas: o envolvimento maior nosso
333que eu acho o que Estado até hoje não está envolvido na elaboração do plano
334nacional que no fim é que ele vai cumprir e a queimada da cana eu acho
335fundamental. O resto eu gostaria apenas de ressaltar o seguinte, dentre todas as
336questões, digamos assim, questões cinza é a qualidade do ar a que tem melhor
337aproveitamento sempre. Se você pegar, por exemplo, o Estado de São Paulo que
338tem muita medição e verificar os efeitos das ações que se tomam são efeitos
339extremamente palpáveis e as reduções são efetivas, ou seja, dá para investir porque
340a resposta é boa não é tão complicada assim. Lamentavelmente outras áreas cinza

341 não são tão céleres obtém de uma forma bastante acelerada, portanto, esse plano é
342 bem vindo e eu acho que vai ter sucesso.

343

344 **SR PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** - Eu gostaria de perguntar
345 Rudolf se não é um plano eminentemente público, ou seja, não se preve nenhuma
346 parceria, nenhuma ligação com as iniciativas já em curso até voluntárias da iniciativa
347 privada especialmente quando o Cláudio Alonso fala em metas, por exemplo, metas
348 eu acho que é estabelecida a dois a não ser que seja a intenção de fazer à força
349 coisa que eu acho que não é por aí. Então, eu acho que nós deveríamos ter uma
350 previsão dessa conversa. Eu quero só citar um exemplo quando foi dito o que
351 adiamento da 315 mata 14 mil eu estou preocupadíssima porque a 315 não atinge
352 mais de 40% dos transportes de carga pesada neste país porque mais de 40% tem
353 mais de 20 anos de idade. Então, não ainda vir 315 porque nós temos mais de 40%
354 de caminhão que não é atendido por ela. Então, eu acho uma conversa que têm que
355 ser feito sempre a dois não só num viés, como sua fala foi sempre público, Estado e
356 ABEMA, eu fiquei... A pergunta é, e nós cara pálida?

357

358

359 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Eu queria aproveitar para fazer uma
360 pergunta. No ano passado nós tivemos um trabalho intenso nessa questão de
361 poluição veicular. Eu acho que trabalhamos as resoluções PROCONVE e também a
362 da inspeção e manutenção. E um dos aspectos que nos preocupou naquela
363 discussão foi justamente essa estruturação dos PCPV Plano e Controle e Poluição
364 Veicular. Eu queria saber e ouvir um pouco o Doutor Elias da ABEMA. Eu estive
365 conversando um pouco com a Doutora Glorinha essa preocupação de haver uma
366 maior coordenação nesse processo de discussão de PCPV no âmbito dos Estados,
367 não só na coordenação, mas até um certo incentivo. Eu queria ouvir como isso se
368 parece não só na questão do plano, mas dentro da própria ação do Ministério e que
369 o Ministério está pensando sobre isso aí.

370

371 **SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** - Começando pelo Volney, assim que
372 acabou o capítulo da resolução de inspeção veicular de que nós pudéssemos ter
373 feito um trabalho conjunto com algum Estado, eu pensei até no Espírito Santo
374 cheguei até conversar isso com a Secretaria Glorinha de que a nós fizéssemos
375 modelo que pudesse ser transformado numa metodologia replicável para os demais
376 Estados. Eu acho que nós perdemos tempo disso. Eu acho que nós acabaríamos
377 agora e seria importante nós convocassem talvez um parceria da ABEMA conosco
378 uma reunião com a secretaria estaduais onde primeiro nós apresentássemos o
379 detalhamento da Resolução que eu tenho certeza que tem muito Estados que
380 desconhecem o seu conteúdo e suas obrigações de que em novembro desse ano as
381 27 unidades da federação vão ter que apresentar um PCPV, eu acho que tem
382 Estado que nem sabe isso e que nós trouxéssemos, que tem Estados que já tem
383 PCPV próprio, embora não tenha programa de inspeção. Aqui o Distrito Federal
384 mesmo o Governo do Distrito Federal visitou semana passada e nós descobrimos
385 isso e eles têm um PCPV pronto, embora não tenha implementado nada. Então a
386 idéia é essa que nós o mais rápido possível possamos articular com a ABEMA um
387 encontro com secretárias estaduais para apresentar o que está na mesa: quais são
388 as obrigações o que CONAMA determinou e trazer quem já fez para trocar idéias.
389 Eu penso numa oficina mesmo, um workshop, e que saia dali uma troca de
390 experiência e que as secretárias ficarão melhor municiadas para até novembro elas

391 possam apresentar esse plano. Então, isso eu acho que nós precisamos conversar
392 também com ABEMA para implementação. Agora, em relação à Patrícia, de fato
393 como eu disse nós optamos por um plano de ação federal, de programas federais.
394 De maneira que ficamos um pouco no escopo do que realmente é o público, e do
395 público numa das 3 escalas. A proposta inicial que seria da construção de uma
396 política nacional e eu acho isso também não está descartado eu acho que aí sim nós
397 vamos está criando um pacto muito maior que vamos ter que trazer a iniciativa
398 privada para dentro da negociação porque vai se criar obrigações para ela o que não
399 é o caso agora, o que nós temos é compondo o plano uma série de programas e
400 projetos e a proposta de se crie alguns novos, mas o que tem de obrigação o que
401 tem de meta o que tem de compromisso, na verdade, é que tem de metas e
402 compromisso em cada um desses programas. Como, por exemplo, a questão da
403 cana-de-açúcar o que tem de metas de ações a serem feitas são as ações que têm
404 ser coordenadas pela secretaria de desenvolvimento rural sustentável dentro de um
405 pacote de iniciativa com a moratória da queimada que já teve em São Paulo e outras
406 questões assim como PROCONV a inspeção veicular as metas e as obrigações que
407 nós já decidimos aqui dentro do CONAMA. Em cada um desses programas há a
408 relação aí pública/privada que cada um dos projetos e programas impõe. E o
409 Cláudio Alonso o Elias eu agradeço as palavras que eu anotando aqui atentamente
410 os comentários. Obrigado.

411

412 **O SR ELIAS ALBERTO MORGAN (Governo de Estado do Espírito Santo)** - Com
413 relação ao PCPV no Espírito Santo nós já tomamos a iniciativa mesmo antes da
414 aprovação da resolução aqui já estávamos em entendimento com uma consultoria
415 para já começar esse levantamento. Inclusive, estamos com aproximação com a
416 CETESB com o colega Cláudio Alonso aqui com a equipe do Centro Supervisionado
417 do Órgão Ambiental Estadual para que nós já consigamos algumas informações de
418 São Paulo que já tem uma experiência maior que nós. E esse processo vem em
419 andamento a nossa opção também é de terceirização de todo esse processo de
420 inspeção. E essas discussões exatamente junto com o MMA o Doutor Rudolf
421 colocou muito bem, nós estamos em entendo continuamente o MMA e ficamos muito
422 satisfeitos e abertos que essa reunião aconteça e que nós com muito prazer
423 poderemos capitaneá-la.

424

425 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Mais algum comentário ou
426 observação?

427

428 **O SR WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - O meu é questionamento a
429 respeito das fontes fixas. Exatamente o plano, ele aborda as questões de bacias
430 aéreas e plano de gerenciamento de bacias. Porque eu pergunto isso? Porque nós
431 estamos em plena análise de uma resolução de fontes fixas existentes e talvez isso
432 possa subsidiar questões de discussão justamente essa questão de gerenciamento
433 de bacias onde tem que ser mais rigoroso onde não tem que ser. Padrões de
434 emissão.

435

436 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Acho que não há nenhuma
437 observação em relação a esse ponto que na realidade o informe que nós estivemos
438 uma função, a Doutora Zuleica já conseguiu já está aqui presente. Então, eu acho
439 que podemos agradecer ao Doutor Rudolf pelas informações. Eu acho que deu uma
440 idéia que consiste nesse plano que o Ministério está estruturando. E com certeza

441será convidado em outras oportunidades para nos informar sobre os avanços aí em
442relação a esse plano uma vez que aqui nessa câmara nós temos produzido muitas
443resoluções que têm relação com a temática e o plano é um elemento importante de
444implementação e verificação até se o nosso trabalho aqui tem produzido efeito aí
445fora. Então, eu queria agradecer ao Doutor Rudolf e antes de passar para o próximo
446ponto de pauta que dizer nosso primeiro, eu quero só registrar a Doutora Sergia
447Oliveira a Secretaria Adjunta de mudanças climáticas e qualidade ambiental que
448está aqui nos prestigiando com a sua presença. Temos também aqui o Doutor Íris
449Lúcio da Eco-Juréia. Eu quero dar boas vindas quem não estava aqui no início da
450reunião. Eu não sei se tem mais alguém membro da câmara que chegou após o
451início da reunião. Eu estou com a lista de presença se for necessário. Então, mais
452uma vez eu agradeço ao Doutor Rudolf.

453

454**O SR. RUDOLF DE NORONHA (MMA)** - Eu agradeço a vocês. Voltamos em breve
455com mais uma resolução.

456

457**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A presença mais constante dessa
458câmara o Doutor Rudolf pelo menos no ano passado foi isso. Então, ao ponto da
459pauta que trata da apresentação da doutora Zuleica do Governo de Minas Gerais
460que vai fazer sobre os resultados do Grupo de Trabalho que tratou das propostas
461complementares da Resolução 357 e a Resolução 397 sobre as condições e
462padrões de lançamento de efluentes. Eu queria dar boas-vindas à doutora Zuleica.
463Está disponível a apresentação no computador. Passaria a palavra para que fosse
464apresentado o relatório. Após a apresentação nós vamos abrir para discussões e
465esclarecimentos.

466

467**A SRª. ZULEICA NYCZ (FURPA)** - Bom dia senhor presidente, conselheiras e
468conselheiros. Eu gostaria de me justificar pelo atraso está ocorrendo uma greve dos
469taxistas em Brasília e o aeroporto está totalmente congestionado não há como sair,
470tem uma manifestação e uma barreira na saída do aeroporto. Então, nós tivemos
471que fazer uma pequena jornada para chegar até aqui. Bem, conforme foi solicitado
472nós estamos aqui hoje com o objetivo de apresentar a minuta final do Grupo de
473Trabalho que foi instituído para a revisão da CONAMA 357 condições e padrões de
474lançamento de efluentes, o Estado de Minas Gerais ficou na coordenação desse GT.
475Eu vou fazer um breve histórico dos nossos trabalhos e vou apresentar uma
476descrição geral do escopo da minuta. Com os pontos mais relevantes não pretendo
477aqui fazer uma leitura extensa do texto, mas sim ressaltando qual é o escopo e os
478pontos mais relevantes e desde já ressaltando que durante todo o nosso trabalho
479existem aqui várias pessoas que participaram do GT nós procuramos buscar, senão
480o consenso a convergência de idéias. Mas, nem todos os pontos isso foi possível.
481Então, eu vou destacar justamente aqueles onde não houve uma unanimidade de
482pensamento digamos assim. Bem, o GT foi instituído para que a própria Resolução
483357 e depois a 397 coloca que num prazo de 180 dias o CONAMA deveria avaliar a
484criação do GT até outubro de 2008 com o objetivo de propor novos parâmetros de
485lançamento de efluentes para substâncias inorgânicas e orgânicas não
486contemplados na tabela 10 da 357 com destaque para o somatório do metais, o
487Boro em água salinas e condições de padrões de lançamento para e o setor
488saneamento. Então, essa foi à motivação inicial do GT. Bom, então a Câmara
489Técnica de Controle e Qualidade Ambiental se reuniu em julho de 2008 e a partir de
490uma informação técnica preparada pelo IBAMA decidiu pela criação do GT e a

491 coordenação ficou com o Governo de Minas Gerais que na época tinha assento
492 nesta Câmara Técnica através do Doutor José Cláudio Junqueira que é o presidente
493 da FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente e na qual eu trabalho e a relatoria
494 ficou com o IBAMA e naquele momento a Câmara Técnica designou que nós
495 teríamos que atender as resoluções 397 sobre efluentes e a 393 sobre óleos e
496 graxas em plataformas marítimas de petróleo, além disso, foi destacado conforme a
497 informação técnica que o IBAMA coloca que a abordagem deveria ser inovadora
498 com o foco em cargas e na capacidade de suporte como é recomendado. Nós
499 fizemos ao longo do ano de 2009 o GT começou a se reunir em outubro de 2008,
500 e tivemos 11 reuniões até novembro de 2009. Então, foi um pouco mais de um ano
501 de trabalho, praticamente com reuniões com intervalos entre 30 no máximo 60 dias.
502 Algumas reuniões com dois dias de discussão. E os senhores podem perceber que
503 suscitou bastante interesse, nós percebemos o número de participantes que circulou
504 nesse GT. Esses números são os números formais das listas de presenças, depois
505 disso como o nosso término de trabalho coincidiu na época do final de ano a
506 proposta da coordenação foi que minuta foi revisada, consolidada e distribuída para
507 uma discussão virtual para que não houvesse necessidade de marcar novas reuniões
508 nos períodos de festas de final do ano. Então, no início de dezembro essa minuta foi
509 repassada para todos, ela circulou entre os participantes do grupo entre outras
510 pessoas também e até o final de fevereiro, eu recebi contribuições por e-mail. Os
511 participantes do grupo foram flutuantes algumas entidades e órgãos participaram em
512 quase todas as reuniões talvez em todas elas, mas de uma forma geral nós tivemos
513 o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o Ministério das Cidades, o Ministério de
514 Minas e Energia, a Agência Nacional de Águas, a ANVISA, representante dos
515 Órgãos Ambientais de Minas São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, vários
516 representantes do setor de saneamento, as companhias estaduais, SABESP, CAESB,
517 SANEPAR SANEAGUA, COPASA SANEAP e da própria AESB que é a
518 associação das companhias de saneamento. O comitê de bacias hidrográficas do
519 PCJ São Paulo, o Conselho Regional de Química do Estado de São Paulo, o
520 Conselho Federal de Farmácia, o Conselho Regional de Odontologia, a Associação
521 Hospitalar de Minas Gerais, o comitê de Fomento e Industrial de Camaçari,
522 CETREL, a Petrobrás, a Vale, a Confederação Nacional da Indústria, a ABTCP -
523 Associação Brasileira de Celulose e Papel, alguns representantes de laboratórios e
524 consultorias ambientais também. Então, foi um grupo bastante diversificado. Como
525 que nós estruturamos. Bom, eu acho que eu vou falar mais devagar para poder
526 acompanhar a apresentação. Considerando que nós tivemos aí muito interesse
527 despertado pelo assunto, para que nós tivéssemos um trabalho produtivo nós optamos
528 pela criação de subgrupos, mesmo porque as pessoas que estavam participando
529 das reuniões tinham os seus conhecimentos específicos em cada área. Então, foi
530 desde segunda ou terceira reunião foi proposta a criação de cinco subgrupos um
531 dos grupos que nós chamamos de Novos Parâmetros que ficou então, a cargo do
532 nosso colega Regis Neto da CETESB para coordenar a revisão principalmente da
533 tabela 10 da 357, ou seja, verificar o que poderia ser acrescentado e discutido
534 principalmente com relação à DBO, DQO, somatória de metais, o Boro, Alumínio,
535 substâncias tensuativas e os compostos aromáticos. Então, o foco desse grupo,
536 subgrupo foi esse. O outro grupo criado foi do saneamento já que várias companhias
537 estaduais vieram ao GT com interesse de discutir parâmetros específicos para esse
538 setor. Então, ficou esse grupo responsável pela discussão de critérios para efluentes
539 sanitários e lixiviados de sistema de disposição final de resíduos solos urbanos
540 sobre a coordenação do Ministério das Cidades da nossa colega Norma Lúcia de

541Carvalho. Outro grupo foi criado também em função de alguns pontos relevantes
542que foram levantados durante as discussões sobre a possibilidade de incluir critérios
543para ensaios de ecotoxicidade em efluentes. Então, foi criado um grupo específico
544formado por pessoas com maior conhecimento técnico nessa área e ele ficou sob a
545coordenação do Pedro Zagato que trabalho hoje num laboratório de prestação de
546serviços. A questão dos serviços de saúde também foi levantada uma vez que a 357
547ela fala sobre efluentes líquidos das unidades do sistema de saúde e a experiência
548de Minas Gerais subsidiou aí uma discussão um pouco mais aprofundada e a
549coordenação desse grupo ficaram com a associação de hospitais de Minas Gerais
550representada pela nossa colega Renata Amiarí e o último subgrupo ficou a cargo de
551discutir uma questão mais ampla dentro desse enfoque inovador que seria uma
552proposta de critérios para gestão efluentes não sentido de traçar diretrizes para
553melhoria da gestão de efluentes e critério para monitoramento a partir de uma
554experiência interessante que foi apresentada pelo órgão ambiental do Estado do
555Paraná, o IAP, e a coordenação então ficaram com a nossa colega Ivonete Coelho
556Silva Chaves. Este último subgrupo não foi tão ativo como os demais por
557impedimento até a própria coordenadora de conciliar a participação no GT, mas no
558final das contas eu acho que todos do GT participaram da discussão dessa questão
559de gestão de efluentes como nós vamos comentar mais adiante. A dinâmica, então
560das reuniões teve que ser também planejada um vez que várias pessoas quiseram
561trazer suas experiências nas reuniões iniciais nós abrimos possibilidades para
562apresentações previamente planejadas. Então, primeiramente os órgãos ambientais
563que estavam participando do GT apresentaram as legislações estaduais pertinentes
564aos parâmetros para o lançamento de efluentes foi muito interessante porque nós
565pudemos observar pontos convergentes e pontos divergentes da própria CONAMA
566357 e algumas iniciativas interessantes do ponto de vista de monitoramento e de
567critérios de ensaios. Depois nós tivemos várias outras apresentações que eu reuni
568que numa terminologia de iniciativa gestão de efluentes porque foram experiência de
569empresa privadas ou de outros órgãos público no sentido de discutir as questões
570mais específicas. Então, tivemos aí a participação da Petrobras que trouxe aí
571especialistas para falar de análise dos padrões específicos para plataformas
572petrolíferas que era um dos mandatos do GT, o Ministério das Cidades a própria
573Norma ela fez uma apresentação sobre o panorama de atendimento urbano e as
574abrangências do sistema de abastecimento publico e tratamento de esgotos no
575Brasil. O comitê de Fomento Industrial de Camaçari trouxe também toda a
576experiência no gerenciamento de efluentes e evolução da legislação ambiental local
577no pólo Petroquímico da Camaçari na Bahia foi bastante interessante já que é uma
578empresa que presta serviços de tratamento de efluentes. Tivemos também outras
579várias apresentações que eram marcadas ao longo dessas reuniões. Ainda tivemos
580também o Conselho Regional Química de São Paulo apresentou o estudo sobre
581eficiência de sistema de tratamento de efluente no Estado, a COPASA trouxe
582informações sobre o programa de recebimento e controle de efluente não doméstico
583que é implantado em Minas Gerais principalmente na região metropolitana de Belo
584Horizonte. A associação hospitalar de Minas Gerais trouxe um estudo muito
585detalhado sobre a questão dos efluentes de hospitais em Belo Horizonte. A SABESP
586trouxe experiências sobre critérios de lançamento de esgoto e sanitário por
587emissários submarinos que foi o outro ponto levantado durante as discussões, o
588IBAMA depois fez uma apresentação sobre o Cadastro Técnico Federal de
589atividades efetivas ou potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente
590no momento que se estávamos discutindo a declaração de carga poluidora e

591 também o INMETRO por fim fez uma apresentação na fase final do GT que para nos
592 elucidar as questões relativas à acreditação de laboratórios que foi um dos pontos
593 polêmicos do GT. Bem, vamos dar uma pausa.

594

595 *(Intervalo)*

596

597 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (FURPA)** - Então, vamos para os resultados. Depois dessas
598 discussões que ocorreram ao longo desse ano de trabalho do Grupo de Trabalho
599 com essas apresentações. Então, depois de todas as discussões, nós estamos
600 apresentando uma proposta de Resolução que dispõe sobre as condições e padrões
601 de lançamento de efluentes complementa e altera Resolução CONAMA 357/2005.
602 Quais foram às premissas que o Grupo de Trabalho tomou para fazer essa
603 proposta? 1º facilitar o entendimento da norma pelo usuário. Ao longo das nossas
604 discussões, nós pensamos muito na forma de apresentação dessa proposta. Porque
605 basicamente a 357 ela trata sobre lançamento de efluentes a partir do seu art. 34.
606 Então, nós pensamos ou vamos enxertar o art. 34 modificando o que for necessário
607 ou vamos criar uma nova resolução que trate de padrões de lançamento de
608 efluentes para que isso fique melhor colocado e essa resolução iria substituir o art.
609 34. E no final o consenso foi que seria melhor ser dessa forma. Então, essa
610 resolução porque ela complementa? Porque ela insere coisas que não haviam antes
611 na 357 e porque ela altera? Por que alguns artigos da 357 foram mantidos com
612 algumas adaptações principalmente aqueles cuja redação causava um pouco de
613 dúvida e alguns outros artigos por causa das próprias... Os art novos, as
614 incorporações que foram adotadas tiveram que ser revisadas para o que texto
615 ficasse coerente. Outra preocupação foi atender ao mandato do Grupo de Trabalho,
616 tivemos um questionamento ao longo desse trabalho de que nós estávamos
617 extrapolando o mandato do Grupo de Trabalho, porém até foi uma posição minha
618 como coordenadora de que nós não poderíamos perder a oportunidade de
619 vislumbrar inovações já que estávamos tendo a oportunidade de discutir essa
620 questão de padrões para lançamentos de efluentes porque não avançar na
621 proposição de uma política mais abrangente. Outra preocupação foi avançar na
622 proposição de condições e parâmetros específicos para o setor de saneamento
623 efluente serviço e saúde a análise da ecotoxicidade efluentes lançamento por
624 emissário submarino e gestão de efluente como eu já comentei. Essa questão de
625 emissário submarino surgiu naturalmente durante as discussões, várias pessoas
626 demonstraram interesse de que isso fosse abortado por que é uma lacuna existente
627 hoje principalmente para o setor de saneamento. Antes de entrar no escopo da
628 resolução, eu não sei se uma lâmina foi engolida, um slide foi engolido, mas houve
629 no início dos trabalhos uma discussão sobre a questão das plataformas de petróleo
630 e o Grupo de Trabalho chegou à conclusão de que ele não poderia discutir esse
631 assunto até por falta de conhecimento técnico mesmo suficiente para entrar nos
632 detalhes pertinentes. Então, nós nos manifestamos ao Presidente da Câmara
633 Técnica, ao CONAMA, dizendo que sugerimos a criação de um Grupo de Trabalho
634 específico para esse assunto uma vez que os aspectos técnicos dessa discussão
635 fugiam um pouco do foco principal do Grupo de Trabalho, o que foi acatado foi
636 colocado na reunião da Câmara Técnica e me parece que foi acatado. Então, nós
637 deixamos de discutir a questão das plataformas de petróleo. O texto que foi
638 apresentado como minuta, ele é estruturado em 4 capítulos. O primeiro capítulo traz
639 as definições gerais que são pertinentes a essa resolução, muitas delas definições
640 técnicas que tiveram que ser acrescida às definições da 357, o capítulo 2 trata

641 especificamente das condições e padrões de lançamento de efluente. Então, ele é
642 um detalhamento do artigo 34 da 357 e nós temos 3 sessões nesse capítulo 2. A 1°
643 sessão trata das disposições gerais que são os artigos genéricos aplicáveis em
644 qualquer caso. A sessão 2 das condições e padrões de lançamento de efluente e a
645 sessão 3 trata do efluente do sistema de tratamento de esgoto sanitário, ou seja, do
646 setor saneamento. O capítulo 3 coloca algumas diretrizes para gestão de efluente e
647 o capítulo 4 é aquele tradicionalmente colocado que são as disposições finais. Bem,
648 o capítulo 1 eu não entrei em detalhes aqui porque ele trata de várias definições
649 técnicas que eu acho mais pertinente que possam ser discutidas pelo conselheiro na
650 medida da dinâmica da reunião e nós possamos fazer os esclarecimentos
651 necessários, mas ele é muito parecido com o início da artigo 34 da 357/2005. Na
652 sessão 2 que trata das condições e padrões de lançamento ficou claro que os
653 parâmetros e padrões aplicáveis por essa norma são referentes ao lançamento
654 direto de efluentes, ou seja, o lançamento que ocorre com a condução direta do
655 efluente no corpo receptor, isso não era muito claro na 357/2005 e agora ficou mais
656 bem estabelecido. Outro ponto relevante dessa sessão é que foi sugerido o
657 percentual mínimo de remoção de carga orgânica de 60% expressa em DBO, após
658 muita discussão e muita controvérsia, mas foi aceito esse padrão mínimo de
659 remoção de carga orgânica, sem consenso. Também a não inclusão do parâmetro
660 somatório de metais nos padrões de lançamento, todas essas justificativas estão
661 disponíveis existe a memória do subgrupo de trabalho. A não inclusão do parâmetro
662 alumínio também foi extremamente discutida o estado do Rio de Janeiro, inclusive
663 contribuiu muito para isso. A exclusão do parâmetro Boro em água salina que era
664 um grande questionamento e a adoção de limites para os parâmetros benzeno,
665 tolueno, etil benzeno, xileno e etileno estabelecidos na legislação do Canadá. O
666 subgrupo, novos parâmetros fez uma pesquisa principalmente capitaneado pelo
667 CETESB de várias legislações do mundo inteiro e chegou-se à conclusão que aqui
668 tinha maior possibilidade de se aplicado no Brasil era a legislação do Canadá. Isso
669 tudo está resumido no art. 15 que incorporou a tabela 1. A tabela 1 é a tabela 10 da
670 357 acrescida dos outros parâmetros que foram incorporados por esse Grupo de
671 Trabalho na suas discussões. Os arts. 16 e 17 tratam aí da alteração do art. 34 e
672 são mais focados na questão da ecotoxicidade. A 357 ela já traz algumas diretrizes
673 gerais sobre ensaios de toxicidade de efluente e o subgrupo recomendou que
674 sempre onde constava a palavra toxicidade fosse incorporado o termo ecotoxicidade
675 que é muito mais apropriado. Também foi discutido que essa Resolução deveria
676 propor diretrizes gerais para esses ensaios de uma forma a servir de um guia para
677 que os órgãos estaduais de controle pudessem ter critérios mínimos para pedir
678 esses ensaios de ecotoxicidade. Então, a proposta é que eles sejam realizados no
679 efluente em pelo menos dois níveis tróficos e ressaltando que sempre caberá ao
680 órgão ambiental competente a especificação dos organismos e os métodos de
681 ensaios a ser utilizados bem como a frequência desse monitoramento e essa
682 proposta também traz os critérios gerais para a avaliação da ecotoxicidade dos
683 efluentes. E aí incorpora algumas definições que servem como um referencial para o
684 tratamento dessa questão. Concentração de efluente no corpo receptor,
685 concentração de efeito não observado, conservação letal mediana e o fator de
686 toxicidade. E o órgão ambiental competente deverá determinar quais os
687 empreendimentos e atividades deverão realizar os ensaios de ecotoxicidade, ou
688 seja, a proposta é que tenha realmente uma diretriz básica de todo o detalhamento e
689 o nível de exigência ficaria a cargo dos órgãos ambientais que estão tratando o caso
690 específico considerando o ambiente em que esse efluente está sendo lançado. O

691 art. 18 da minuta trata da questão de emissários submarinos isso não era abordado
692 anteriormente na 357. Então, a redação dele está aí. O lançamento efluentes
693 efetuado em águas costeiras por meio de emissários submarinos devem atender aos
694 padrões da classe do corpo receptor após o limite da zona de mistura e ao padrão
695 de balneabilidade conforme disposto na Resolução CONAMA 274 de 28 de
696 novembro de 2000. Existe nas definições iniciais a definição de zona de mistura que
697 já consta da 357 e realmente nós não conseguimos chegar numa proposta definitiva.
698 Houve muita discussão e existem 4 possíveis redações para definição de zona do
699 mistura na minuta. E o § único do art. 18 diz o que órgão ambiental poderá
700 estabelecer condições e padrões específicos para o lançamento de efluentes por
701 emissário submarino mediante a avaliação dos programas de monitoramento
702 ambiental com frequência e parâmetros previamente estabelecidos e subsidiados
703 por modelagens hidrodinâmicas e de dispersão das plumas dos efluentes a serem
704 realizadas as expensas do empreendedor. Esse foi um ponto controverso, bastante
705 polêmico, e a proposta encaminhada pela CETESB é a exclusão do § único do art.
706 18 porque o entendimento é que isso já está abordado no art. 5º da proposta que
707 traz lá todas as ressalvas de que poderão ser adotados parâmetros específicos em
708 casos específicos, em resumo é isso que o art. diz, é uma salva-guarda para que os
709 órgãos ambientais estaduais possam ter uma margem de avaliação técnica no caso
710 do lançamento de efluente. A sessão 3 que é o artigo que o artigo 19 está na sessão
711 3 que trata das condições e padrões de lançamento de efluentes de sistema de
712 tratamento de esgoto sanitário também foi bastante discutido. Dá mesma que foi
713 colocado um padrão de lançamento para DBO no caso dos efluentes dos sistemas
714 de tratamento de esgoto sanitário a proposta é que haja uma maior flexibilização
715 desse parâmetro e o setor de saneamento trabalhou muito nessa proposta
716 recomenda que seja adotado um valor máximo de 120 miligramas por litro sendo
717 que esse limite somente poderá ser ultrapassado no caso de efluente de sistema de
718 tratamento com eficiência mínima de remoção de carga poluidora de 60%. Também
719 tem um padrão diferente para substâncias solúveis em hexano. Há uma indicação
720 de que não é aplicável o parâmetro nitrogênio amoniacal total para efluentes desse
721 sistema de esgoto sanitário e um outro ponto bastante discutido tecnicamente que
722 foi para a determinação da eficiência de remoção de carga orgânica em termos de
723 DBO para sistemas de tratamento com lagoas de estabilização a amostra do
724 efluente deverá ser filtrada pelas interferências que esse ensaio de DBO sofre
725 quando se coloca os efluentes de lagoas de estabilização. Porém não foi consenso,
726 o senhor Roberto Monteiro e a ANA - Agência Nacional de Águas pela representante
727 que participou das reuniões não concordam em definir padrões do lançamento para
728 demanda bioquímica de oxigênio. A sessão 3 ainda incluiu também no artigo 20 a
729 questão relacionada ao lançamento de esgoto sanitário por meio de emissários
730 submarinos e a proposta orienta que o lançamento por emissário submarino de
731 esgoto sanitário deverá ser precedido de desarenação e que deve ter aí a remoção
732 de sólidos em suspensão como eficiência de 20% que foi a proposta da AESBE e
733 da CNI ou de 50% que foi a proposta do CETESB e do CRQ. O órgão ambiental
734 poderá definir condições mais restritivas a experiência de São Paulo demonstrou
735 que os critérios são muito mais apertados, mas houve uma convergência de idéias
736 de que esses parâmetros realmente para aplicar no nível do País seriam muito
737 rigorosos numa situação que demanda ainda muito esforço político em recursos
738 financeiros para o tratamento de esgotos sanitários. São passíveis de realização de
739 teste de ecotoxicidade, esses efluentes do sistema de esgoto sanitários, no caso de
740 interferência de efluentes de origem industrial, a critério do órgão ambiental

741competente É o artigo 21. Também foi outro ponto bastante discutido porque é o
742óbvio que esse tipo de ensaio traz custos adicionais e para o setor saneamento isso
743pode ser um problema. Então, colocou-se uma proposta intermediária. Alguns casos
744específicos que eu gostaria de ressaltar, os efluentes oriundos de sistema de
745disposição final de resíduo sólidos de qualquer natureza e de origem devem atender
746as condições e padrões gerais, ou seja, os parâmetros gerais que estão no § 3º do
747artigo 15 na sessão 2. Isso não está muito claro na Resolução 357, ou seja, os
748aterros deverão atender a esses parâmetros gerais. Os sistemas de tratamento que
749receberem lixiviados de aterros de sanitários estarão sujeitos às mesmas condições
750específicas dos efluentes de sistemas de tratamento de esgotos sanitários, isso
751também não foi consenso, ou seja, ela terá que cumprir os parâmetros estabelecidos
752na sessão 3 no parágrafo quarto do artigo 5º. Os efluentes oriundos de serviços de
753saúde estarão sujeitos às exigências estabelecidas para sistemas de tratamento de
754esgotos sanitários desde que observadas as normas sanitárias específicas. Essa
755proposição foi feita pela associação mineira de hospitais e ela foi baseada num
756estudo feito nos hospitais em Belo Horizonte que demonstrou que o efluente líquido
757que sai das unidades de saúde ele tem característica muito similares aos esgotos
758sanitários desde que essa unidade da saúde tenha o plano de gerenciamento de
759resíduos sólidos implementado segundo as norma da ANVISA. Então, nós estamos
760sugerindo incorporar isso no CONAMA por que a 357 hoje diz muito rapidamente
761que os efluente de serviços de saúde devem receber tratamento especial e não
762específica qual é esse tratamento especial. Cria um problema, cria até ações do
763Ministério Público, ou seja, foi comprovado por esse estudo feito em vários hospitais
764que eles têm características similares e podem ser tratados como esgoto sanitário.
765Como eu disse há uma controvérsia, a proposta da CETESB é o que sistema que
766recebe chorume, ou seja, lixiviados de aterro devem atender aos critérios e aos
767parâmetros gerais definidos no art. 5 e não aos parâmetros do setor saneamento.
768Bem, o capítulo 3 trata das diretrizes para gestão de efluente o art. 22 ele detalha
769um pouco mais, na verdade, a questão do automonitoramento dos efluentes. Que é
770um problema enfrentado diariamente pelos órgãos ambientais estaduais. Então, ele
771repete de uma forma o que está na 357, mas vai um pouco além. As fontes de
772poluição devem realizar o automonitoramento para controle e acompanhamento
773periódico dos efluentes lançados nos corpos receptores.

774Parágrafo único: o órgão ambiental poderá estabelecer critérios e formas para
775execução e averiguação do automonitoramento de efluentes e avaliação da
776qualidade do corpo receptor, ou inclusive dispensá-lo, se for o caso, para
777empreendimentos de menor potencial poluidor. O art. 23 - As coletas de amostras
778de efluentes líquidos e corpos hídricos devem ser realizadas de acordo com as
779normas específicas para este fim e devem ser declaradas em laudo analítico,
780assinado pelo respectivo responsável técnico devidamente habilitado. Isso já é
781exigência dos órgãos ambientais e nós estamos sugerindo a incorporação aí no
782CONAMA. O artigo 24 - Os ensaios de amostras de efluentes líquidos e de corpos
783hídricos deverão ser realizados por laboratórios aceitos pelo órgão ambiental
784competente, sendo desejável que possuam programa de garantia de qualidade
785ou acreditação pelo INMETRO de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025,
786ou por outro organismo signatário do mesmo acordo de cooperação mútua do qual o
787INMETRO faça parte, ou seja, há um entendimento de que a restrição de que os
788ensaios tenham que ser feitas obrigatoriamente por laboratórios acreditados
789certificados trará sérios problemas de aplicação dessa norma. Então, essa foi à
790proposta que saiu do Grupo de Trabalho porém também há uma controversa. Por

791isso até trouxemos um diretor do INMETRO para fazer uma apresentação para nós.
792A proposta do CETESB/SP, CNI e o subgrupo de ecotoxicidade foi que artigo 24
793exija que os ensaios deverão ser realizados por laboratórios acreditados pelo
794INMETRO de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 e que os laboratórios
795deverão ter sistema de controle de qualidade analítica implementado. A acreditação
796ou qualificação dos ensaios previstas no caput entrará em vigor após 5 anos
797contados da data de sua publicação, ou seja, daria se um prazo de 5 anos para que
798os laboratórios buscassem a certificação e no período de transição seriam aceitos
799somente resultados de laboratórios que tenham adquirido o reconhecimento das
800redes metrológicas ou organismos certificadores para os parâmetros de interesse.
801Eu vou abrir um pequeno parênteses aqui, eu não estou defendendo nenhuma
802posição, nem a outra, mas é claro nós que lidamos com isso no dia a dia de que
803infelizmente a nossa rede metrológica não tem estrutura para receber uma demanda
804desse tipo. Pelo menos agora nesse momento. Então, isso realmente traria uma
805dificuldade. Bom, o capítulo 3 ainda dentro das diretrizes para gestão de efluente, o
806art. 25

807 Artigo 25 as fontes potencial ou efetivamente poluidoras dos recursos hídricos
808deverão buscar práticas de gestão de efluentes, com vistas ao uso eficiente da
809água, à aplicação de técnicas para a redução da geração e melhoria da qualidade
810de efluentes gerados e, sempre que possível e adequado, proceder à sua
811reutilização, isso é mais um artigo que incentiva uma melhoria na gestão de
812efluente buscando aí essa redução e a sua reutilização. Por outro lado isso traz
813outras conseqüências que podem ser, por exemplo, um efluente mais concentrado.
814Então, existe a proposta de um parágrafo único dentro desse artigo que foca nas
815fontes que praticam o reuso de efluente para os quais o órgão ambiental poderá
816estabelecer condições específicas para o lançamento do efluente final mediante
817apreciação de fundamentação técnica apresentada pelo interessado demonstrando a
818capacidade de suporte do corpo receptor. Isso é bastante importante, o Estado de
819Minas tem casos concretos dessas práticas de reuso de efluente e de
820conseqüências nos parâmetros de lançamento. Então, eu acho isso um avanço, é
821uma inovação que nós trazemos aí como proposta... porém há uma controvérsia o
822Estado de São Paulo, o órgão ambiental, propõe a exclusão do § único do artigo 25,
823pois já entende que ele é abordado no artigo 15 dessa proposta que fala que o
824órgão ambiental tem aí como estabelecer condições especiais para casos especiais.
825Bom, com relação já à apresentação da declaração de carga polidora que já consta
826como exigência da 357, ela está no artigo 26 dessa minuta ela vem com a mesma
827proposta inicial apresentação anual até 31 de março de cada ano com uma
828caracterização qualitativa e a quantitativa do efluente baseada em amostragem
829representativa. E o órgão ambiental poderá estabelecer critérios de apresentação
830como já ocorre hoje em alguns Estados. Porém há uma proposta de uma
831complementação dos outros requisitos que estão hoje na 357, por exemplo, além
832das condições de funcionamento da fonte durante a amostragem, as características
833dos dispositivos de controle da poluição, nós entendemos que ela poderia ser um
834pouco mais completa trazendo também o relatos de episódios excepcionais que
835podem afetar ou ter afetado o desempenho do sistema, avaliação dos dados de
836amostragem, aos padrões de lançamento estabelecidos e a proposição de medidas
837corretivas se necessário com respectivo cronograma de implantação. E também
838julgamos que a documentação deve ser mantida no empreendimento atividade para
839efeito de fiscalização ambiental, essa declaração de carga polidora, só que também
840há uma divergência nesse sentido. Onde a Petrobrás propõe que seja mantido o
841texto original do artigo 46 da 357 que restringe escopo da declaração a
842caracterização dos efluente baseada em amostragem representativa dos mesmos, o
843estado de manutenção dos equipamentos e os dispositivos de controle de poluição.
844O art. 27 trata das disposições finais e aí nós entendemos que a critério do órgão
845ambiental competente, as fontes poderão ter prazo de até três anos, contados a
846partir de sua vigência, para se adequarem às condições e padrões novos ou mais
847rigorosos. O empreendedor apresentará ao órgão ambiental competente o
848cronograma das medidas necessárias, o prazo poderá ser prorrogado desde que
849tecnicamente motivado e as instalações de tratamento de efluentes existentes
850deverão ser mantidas em operação com a capacidade, condições de funcionamento
851e demais características para as quais foram aprovadas, até que se cumpram às
852novas disposições. Eu acho que chegamos ao fim. Eu gostaria de agradecer
853muitíssimo a participação de todos os membros do Grupo de Trabalho de Efluentes
854foi uma experiência gratificante, a primeira vez que eu enfrentei um GT do
855CONAMA, eu estou mais acostumada com os mineiros com esse peso com esse
856sucesso todo porque tivemos muitas audiências. Então, principalmente aos

37

857coordenadores dos sub-grupos que fizeram um esforço enorme para subsidiar
858tecnicamente o Grupo de Trabalho, a Adriana que foi a relatora, ao Gilberto do
859IBAMA também que nos apoiou, à Cleide que sempre esteve dando todo suporte,
860inclusive hoje para que eu chegasse aqui. Então, foi uma experiência gratificante.
861Tivemos discussões calorosas, teve horas que nós tivemos que dar uma chamada
862mais forte nos participantes, digamos assim, mas se eu excedi eu aproveitei também
863para pedir desculpas a todos, mas a minha intenção foi a melhor possível foi a de
864propor um texto que fosse coerente que fosse tecnicamente bem baseado para
865realmente valorizar todo esse envolvimento que as pessoas tiveram. Muito obrigada.
866(Palmas).

867

868**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Muito obrigada doutora Zuleica pela
869apresentação e por toda a dedicação de mais de um ano na coordenação desse
870Grupo de Trabalho e pelo resultado que nos traz aqui com uma proposta bem
871abrangente e com uma grande consistência técnica. Então, eu gostaria agora de...
872Eu sei que tem já algumas com certeza vai haver pedido de vistas isso nós...
873Sempre temos já sabemos que isso é de praxe, mas eu queria abrir agora
874principalmente sobre essas questões mais gerais que doutora Zuleica apresentou
875aqui relacionadas ao escopo, aos aspectos de algumas questões mais, vamos dizer
876assim, mais fundamentais críticas desse processo de complementação dos
877parâmetros da 357. Eu queria ouvir os membros da nossa Câmara Técnica sobre
878esses aspectos. Então, eu estou abrindo a palavra para os comentários e
879esclarecimentos em relação à apresentação da doutora Zuleica.

880

881 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** - Muito obrigado. Eu
882acompanhei a elaboração da 357 essa Resolução para mim é uma loucura. Ela tem
883certa pretensão, a 357 original de ser um ponto de referência de tudo, fala de padrão
884de lançamento, de emissão, de qualidade, fala de tudo. Parece-me que é muito
885difícil a gente trabalhar dessa forma porque a questão ambiental tem duas vertentes,
886a primeira que ela é muito recente e a seguinte é que a quantidade de
887conhecimentos que se acumula é muito grande. Então ela precisa ter uma dinâmica
888muito grande. A 357 ela é completamente amarrada sobre esse aspecto. A 357
889coloca inicialmente, o que nós estamos fazendo aqui é a 3º vez que nós estamos
890aqui. No art. 44 no prazo máximo de um ano complementarão onde couberem
891condições e padrões de lançamentos de efluentes previstos nessa Resolução.
892Desse art. da 357 surgiu um grupo que praticamente se recusou a fazer isso porque
893a idéia é colocada em plenária era de que a cada padrão de qualidade se tivesse um
894padrão de efluente, o que é realmente uma loucura insana. O grupo praticamente
895não fez isso, teve um segundo grupo que também não fez e agora tem o terceiro
896grupo. O terceiro grupo acontece o seguinte: ele parte para uma linha que eu gosto,
897ele desmembra da 357 aquilo que tem que ser desmembrado. Eu acho que a padrão
898de efluente ele tem que ser uma coisa a parte em consonância com a própria
899resolução original, mas ele tem que ser a parte porque, por exemplo, lá nós não
900tínhamos mexido em questão de saneamento a não ser de forma muito pequena. O
901que cuidava da questão de saneamento era um parâmetro único, que era o amônio,
902nós íamos cuidar do saneamento desse país baseado num parâmetro chamado
903amônio ou não cuida de nada ou cuida de alguma coisa mais conseqüente. Não se
904falava, por exemplo, de em emissários submarinos que nessa proposta se fala a
905mim não parece muito interessante sobre esse aspecto, mas tem outro aspecto, tem
906um monte de detalhe que não concordo mais pouco importa. Sobre o outro aspecto
907o que eu acho muito importante é o seguinte: eu discordo completamente da Zuleica
908quando ela fala assim eu tinha uma tarefa na mão e eu não ia perder uma
909oportunidade, está tem sido uma das grandes razões para que o CONAMA esteja
910desacreditado do jeito que está porque nós pedindo para a pessoa fazer um dedo e
911ela faz um braço inteiro. E eu concordo até com a forma da proposta que foi
912apresentada, mas não concordo é que essa questão regimental não seja respeitada.
913Todo mundo tem medo de pedir revisão porque a gente pede para rever um artigo e
914as pessoas não perdem a oportunidade e, além o mandato que têm revêem a
915resolução toda como foi feito aqui. Então eu acho que em que pese concordar com
916a separação eu não concordo com o desrespeito do que foi proposto inicialmente.
917Existe uma regra que é, por favor, Grupo de Trabalho você está aqui apenas para
918auxiliar a Câmara faça determinado tipo de coisa e se extrapola simplesmente
919porque pessoas que não tem mandato para tal assim não o fazem. Não é questão
920crítica exclusivamente dessa resolução, mas eu sempre me coloco contra quando
921isso ocorre. Existem mandatos e os mandatos têm que ser cumpridos. Não dá mais
922para a gente ficar brincando de fazer resoluções, etc., e a gente tem um regimento e
923não cumpre o regimento. O Grupo de Trabalho está para auxiliar, o mesmo não é
924nem composto praticamente por conselheiro, ele é composto em princípio por
925especialistas em princípio porque, na verdade, é composto por pressões de
926determinados setores para auxiliar a câmara e não para pegar determinados setores
927corporativos e fazer uma pressão especificamente em cima de um ou outro, isto é
928uma constante. Os números presentes em Grupos de Trabalhos (GTs) são grandes.
929Faça-se uma análise diferenciada, uma análise de quem está representando o que.
930Nós vemos que é muito marcante a presença de uns setores e não de outros. O

931 Grupo de Trabalho está para ajudar a Câmara e cumprir o mandato que Câmara
932 manda. Nesse aspecto eu acho o que resultado de Grupos de Trabalho (GTs)
933 tecnicamente eu gosto, mas em termos regimentais ele é uma lástima, pois foi além
934 do que deve. Tem um monte de coisas aqui que não dá para concordar tem que ser
935 muito revisto primeiro em termo de estrutura nós estamos desmembrando sem
936 mandato da 357 toda a parte de emissão; estamos fazendo uma nova resolução.
937 Existem definições que são contraditórias da 357 para a proposição atual. Enfim tem
938 um conjunto de anotações aí que precisa ser mais bem estudada a 357, ou seja, a
939 parte que cuida de algo é uma parte complicada tem muito interesse envolvido e vai
940 ser pedido vista e acredito que na próxima reunião se resolve isso porque tem muito
941 detalhe mesmo. Então, se alguém pedir vista de imediato já estou concordando.

942

943 **A SRª MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** – Eu queria primeiro parabenizar a
944 Zuleica e todas as pessoas porque pelo que ela relatou foi um trabalho que
945 demandou muito esforço. Eu sei que ela e diversas pessoas têm diversas outras
946 atividades nas suas respectivas instituições mas tendo a concordar com algumas
947 coisas que Cláudio Alonso comentou e uma delas é realmente essa questão do
948 mandato, evidentemente eu participei bastante não desse Grupo de Trabalho, mas
949 durante as discussões da proposta que originou a 357 e evidente que todos, quer
950 dizer, teriam alguns comentários da 357 de discordância, mas sei também o esforço
951 hercúleo que foi todo aquele processo de discussão e a cada vez que se abrir uma
952 possibilidade de revisar evidentemente muitos vão querer fazer mudanças e aí se
953 torna um processo infundável que se traduz num insegurança jurídica. Quer dizer, se
954 a cada momento você aprova um resolução com determinado valor do padrão se
955 investe em estações de tratamento e daqui único ano se muda novamente, quer
956 dizer, não é possível que os empreendimentos, tanto privados como também
957 públicos operem dessa forma. Então, um pouco essa questão de avaliação tudo
958 sempre poderá melhorar e até piorar, então é um pouco isso na questão de quando
959 a gente restringe num ponto específico e eu estava na plenária do CONAMA quando
960 a 357 foi aprovada, quer dizer, havia posição de alguns conselheiros que
961 forçosamente teriam que se inserir novos parâmetros. Ora, quando se discutiu a
962 tabela da 357 é evidente que isso foi criteriosamente avaliado, quer dizer, não se
963 definiu colocar e a gente achou que teria que ter mais ou ter menos, quer dizer,
964 alguns poderiam achar outros não, quer dizer, sempre haverá quem vai desejar
965 colocar novos parâmetros. Então, nós até num esforço com a plenária conseguimos
966 incluir quando coube, porque estamos recebendo uma obrigação, uma determinação
967 da plenária do CONAMA de inserir mesmo que a gente ache que não há
968 necessidade até porque cabe uma discricionariedade como você mesmo mencionou
969 em situações específicas o órgão ambiental ter a competência para exigir
970 levantamento de novos parâmetros. Então é um pouco o que todos nos Grupos de
971 Trabalho - GTs e nas Câmaras Técnicas temos que avaliar essa questão de sempre
972 a gente querer inchar demais as resoluções e elas praticamente depois ficam
973 aplicáveis.

974

975 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Só complementando, muito
976 bem colocado pela Cristina, porque se deixar todos vão querer e houve efetivamente
977 esse tipo de colocação. Os primeiros ataques as questão dos padrões do efluente
978 eram para todos os parâmetros que estavam listados nas classes tivessem o
979 correspondente padrão de efluente o que é impraticável praticamente. Então, é
980 nessa linha que Cristina colocou o que regeu aquela colocação desde a época da

98113, da 20 era um conjunto de padrões mínimos que permite um processo de gestão
982num equivalente aproximado que fosse o equivalente a um tratamento primário
983como orientação e, sempre como orientação não como instrumento de gestão,
984porque a resolução efetivamente estabelece o processo de planejamento de gestão
985e não de comando e controle. Ele pode ser usado do comando e controle, mas o
986foco da resolução não é o comando e controle, mas o padrão do efluente leva ao
987comando e controle ele é válido sim, desde que atendam os padrões da classe.
988Então a capacidade de suporte e tudo mais desqualificam um tanto quanto essa
989questão do padrão de efluente.

990

991**A SRª NÃO IDENTIFICADA** – Eu ouvi atentamente a apresentação da Zuleica, vi
992que realmente há vários pontos em que há certa divergência de posicionamento
993onde nós temos alguns pontos que nós gostaríamos de... Mas se trata de um
994assunto extremamente complexo. Eu estava conversando com minha colega
995Patrícia Boson sobre a questão da realidade nacional e do que nós estamos
996propondo, quer dizer, vemos a questão própria do lançamento de esgotos sanitários
997no país quando sabemos que vários municípios lançam esgoto inatura e nós
998estamos exigindo que eles façam um estudo de ecotoxicidade, quer dizer é um pouco
999isso, como avaliar, como atender através de um disciplinamento do CONAMA onde
1000nós quando aprovamos esse tipo de regulamentação temos que obrigatoriamente
1001conhecer a realidade do país e saber do que será possível fazer ou não, porque
1002senão nós viramos o motivo de “chacota” e descrédito como disse Cláudio Alonso.
1003Então, são esses pontos que nós precisamos ponderar melhor. Não sei se é a
1004questão de regras de transição onde teriam que ser mais bem equacionadas, coisas
1005desse tipo. Gostaria de propor, quer dizer, o nosso presidente já falou “eu sei que vai
1006ter pedido de vista”, eu não sei se terá pedido de vista, mas eu entendo pelo
1007posicionamento e outros integrantes da Câmara Técnica vão certamente se
1008posicionar, mas assim da necessidade talvez nós temos essas seis apresentações
1009nessa reunião de Câmara Técnica e se não seria o caso de darmos um tempo para
1010todos avaliarmos esses pontos. A Zuleica identificou quais são os principais pontos
1011que deverão ser objeto da atenção de todos e talvez numa próxima reunião sem que
1012tenha necessariamente um consenso da Câmara Técnica nesse sentido não vejo
1013porque isso teria que ser objeto de um pedido de vista.

1014

1015**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Complementando aqui as
1016falas eu acho que muito desses problemas tem a ver com o nosso regimento interno,
1017então quer dizer que só via o presidente da câmara fazer mais uma pressão para
1018que o resultado de grupo GARI tenha efeito, porque muito do que acontece está
1019bem regulamentada lá nesse sentido de dar à devida competência e limitação de
1020atuação dos Grupos de Trabalho – GTs, a relação do Grupo de Trabalho com a
1021Câmara Técnica e a própria relação da Câmara Técnica com o CONAMA. Então,
1022quer dizer, precisamos agilizar esse processo porque se você junta gente
1023competente, capaz, com o compromisso público que gosta de trabalhar não há como
1024limitar essa atuação, porque todo mundo tem o espírito público de querer melhorar e
1025aí na hora que está vendo uma oportunidade não tem como segurar isso não, pois
1026isso não são uma característica ruim e, sim uma característica louvável de quem tem
1027essa preocupação de querer melhorar uma peça pública. Então, nós temos que
1028remexer no GARI, tem que dar um jeito Volney, você como presidente poderia dar
1029uma ajuda, pois isso precisa sair urgentemente para nós evitarmos esse tipo de
1030situação. O ponto que eu gostaria de colocar era isso que a Cristina mesmo colocou.

1031 Eu fico um pouco assustada e eu estava brincando com ela que as regulamentações
1032 do CONAMA é o inverso da crença popular pois eles falam que a lei é somente para
1033 pobre, que só prende pobre, a tal lei criminal não para rico. O CONAMA é o
1034 contrário, ele faz legislação só para penalizar o rico ambientalmente, ou seja, o
1035 município que não tem aterro sanitário joga lixo de qualquer jeito não tem
1036 penalidade, já o que tem aterro tem que fazer tanta coisa que se nega a fazer e faz o
1037 errado. Da mesma forma a empresa que o município tem tratamento de esgoto, tem
1038 que fazer até teste de ecotoxicidade não vou fazer tratamento de esgoto não
1039 continuam jogando no rio, então quer dizer a gente tem que também pensar nessa
1040 linha. O último ponto seria com relação à questão de gestão de efluente eu gosto
1041 sempre de chamar atenção da relação com a questão dos instrumentos de gestão
1042 de recursos hídricos, porque na minha concepção quem demonstra capacidade de
1043 suporte do corpo receptor é a outorga para lançamento só será dada se for avaliada
1044 a capacidade de suporte do corpo receptor. Então não é o empreendedor que tem
1045 que comprovar isso, tem um instrumento específico para isso. Se estiverem dentro
1046 dos parâmetros ambientais “poços” e aí a condição é a capacidade do corpo
1047 receptor é a outorga, não é outro instrumento, então todo aquele capítulo ele tem
1048 que ser analisado na intenção, inclusive de dar o suporte necessário para a ANA dar
1049 a outorga de lançamento adequada. Ele tem que ter essa carga um pouco não fazer
1050 o que ANA faz e os órgãos gestores de recursos hídricos fazem e, por fim concordar
1051 com a proposta da Cristina, se há uma percepção de todos nós de que precisa ser
1052 melhorado, que precisa ser analisado ponto a ponto, eu fico achando que vira um
1053 mero ato burocrático essa questão de pedir vista. Eu acho que não resolve. Acho
1054 que a gente fica com falta de disposição de enfrentar a onça, que a Zuleica mais que
1055 ninguém sabe que a onça é brava. Aí não adianta empurrar para um grupo fazer um
1056 parecer que nós estamos só adiando uma discussão calorosa que vai haver aqui
1057 dentro. Então, quer dizer, eu fico também nessa percepção de que a gente precisa
1058 verificar se o encaminhamento é esse mesmo.

1059

1060 **SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (Governo do Espírito Santo)** – Eu aproveito as
1061 palavras dos colegas Conselheiros aqui. Eu acho que tem ponto que precisam
1062 realmente de uma reavaliação e nós devemos levar isso para discussão
1063 principalmente falando em nome da ABEMA em função de todas essas colocações
1064 dos colegas aqui.

1065

1066 **SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Senhor Presidente se me
1067 permitir, é uma sugestão de encaminhamento concordando com o pessoal da CNI
1068 sempre muito lúcido, a questão é o seguinte: A matéria foi exaustivamente discutida
1069 e não se obteve consenso e nem se obteria numa matéria desse porte, até porque
1070 envolve as aspectos políticos, aspectos estratégicos de gestão e envolve conselho
1071 de recursos hídricos também que não está totalmente dentro do grupo. Existe
1072 diversas facetas a serem examinadas, mas essa é matéria que nós conseguimos
1073 chegar exaustivamente trabalhosa conseguimos com a coordenação de a Zuleica
1074 chegar a esse tema, a essa primeira proposta de aproximação. A Câmara Técnica
1075 está tomando conhecimento hoje, evidente que não é um matéria desse porte, não
1076 foi possível na 357, na 396 em tantas outras e nessa também não será possível nós
1077 expeditamente batermos o martelo e aprovarmos hoje a matéria. O pedido de vista
1078 não se resolve em absolutamente nada, pois remete a certo individualismo a posição
1079 em relação à matéria que rebate em todos os setores dessa Câmara Técnica. Acho
1080 sim que proposta seria o seguinte, abrir esse espaço, a matéria está posta em

1081 discussão, uma discussão se quiser eletrônica de troca de figurinhas entre as partes,
1082 mas principalmente a discussão interna de cada instituição de CNI, da ABEMA e
1083 tudo mais ver os seus pares e ver o que está acontecendo por aqui, o que esse
1084 parágrafo acrescenta mais, enfim têm as alternativas aquilo que não foi consenso
1085 está colocado as duas posições o que é o mais adequado e até apresentar porque a
1086 Câmara Técnica é soberana, emendas supressivas, aditivas, modificativas o que for,
1087 mas que se iniciem trabalhos. Não é querer transformar a Câmara Técnica num
1088 Grupo de Trabalho, mas efetivamente inicie o trabalho de forma que na próxima nós
1089 possamos iniciar discussões mais presenciais na própria Câmara Técnica e, não
1090 acredito que na próxima reunião aprovaremos isso também não. E que quiçá numa
1091 terceira reunião mais a frente nós venhamos a chegar num denominador. Não será
1092 consenso vai ser por voto. É que isso eu gostaria de sugerir.

1093

1094 **O SR. MAURÍCIO LOBO ABREU (ANAMMA Sudeste)** – Muita satisfação de volta a
1095 câmara de controle depois de muito tempo, mas os problemas de fato são os
1096 mesmos de organização, de questão de informação de Grupos de Trabalhos e, qual
1097 critério é a minha sugestão, acho que é de corroborar que o foi colocado aqui eu
1098 acho. De fato principalmente ouvir dos nossos colegas aqui dos estados e
1099 basicamente da CNI de que forma a gente trabalha isso que o Roberto falou para
1100 que possamos ter um pouco de entendimento para não perder muito tempo e, ter
1101 que chegar aqui e virar um Grupo de Trabalho. Com limite que a resolução de fato
1102 tem que fazer, ou o limite que ela possa avançar também na medida do possível,
1103 logicamente pensando em prazos que possam ser adequados a avançar o sistema
1104 ambiental, mas não no sentido de só penalizar os que estão cada vez fazendo mais
1105 investimentos e sim, você acaba proibindo os novos de prosseguir e acaba criando
1106 uma dicotomia estranha, sendo que tem que está instalado, tem quem vai instalar
1107 um novo e daí cria a maior dificuldade. Então, o que de fato é necessário e eu conto
1108 certamente com apoio técnico do grupo de trabalho, mas tende certamente a
1109 experiência dos Conselheiros aqui dos membros da Câmara Técnica para poder
1110 apresentar isso e por sua vez podemos discutir com uma base muito mais
1111 direcionada e não voltar a discussão de assunto, quer dizer, quando se focar isso
1112 aqui não se deve tocar naquilo que não é mandato porque isso é importante, pois
1113 levantou a hipótese importante da resolução nova poder apresentar, ou seja,
1114 basicamente é o que pensamos fazer na medida do possível para que a ANAMMA
1115 também possa contribuir.

1116

1117 **A SRª. ZULEICA NYCZ (FURPA)** - Eu tinha absoluta certeza de que o assunto não
1118 se esgota aqui hoje, seria muita pretensão do nosso Grupo de Trabalho pensar
1119 dessa forma, mas eu gostaria de fazer um esclarecimento de que a proposta que foi
1120 encaminhada ela saiu da discussão do Grupo de Trabalho. Se nós fôssemos
1121 restringir os temas que estão apresentados, aliás, nós fizemos isso, nós restringimos
1122 muito mais coisas que não entraram aqui sempre tentando não sair o foco principal
1123 do mandato do Grupo de Trabalho, mas, eu também acho que a proposta não foge
1124 tanto assim desse mandato, pois as questões mais inovadoras que são colocadas
1125 dizem respeito a ecotoxicidade a questão dos emissários submarinos que não
1126 estava contemplada no escopo, também concordo com a conselheira Patrícia
1127 Bozon, pois é muito difícil segurar esse pessoal. Muito difícil, numa sala com 40, 50
1128 pessoas vocês não ouvir as opiniões e não registrar essas opiniões. É óbvio que
1129 cabe agora à Câmara Técnica decidir se tudo é pertinente ou não. E outro
1130 esclarecimento, nós não estamos exigindo ensaio de ecotoxicidade para os

1131efluentes sistemas de saneamento. Há uma proposta de que quando eles
1132receberem efluentes industriais isso seja exigível sempre ressaltando que órgão
1133ambiental deverá estabelecer quando pertinente essa foi uma briga boa também,
1134mas o fato é que eu me posicionei o tempo todo como coordenadora de não fazer
1135julgamento de mérito. Eu trouxe aquilo o que grupo suscitou durante as discussões e
1136está colocado nessa proposta e, estarei sempre à disposição dos Conselheiros para
1137dirimir qualquer dúvida. Tem várias pessoas aqui que participaram do Grupo de
1138Trabalho tecnicamente eu também possuo as minhas limitações o caso mais
1139concreto é o dos emissários submarinos por motivos óbvios. Eu canso de brincar
1140com o pessoal que Minas Gerais não têm mar, nunca lidei com esse assunto então é
1141óbvio que os colegas o Grupo de Trabalho têm à sua competência técnica pertinente
1142a cada um desses tópicos que foram colocados e eu gostaria de fazer uma sugestão
1143também presidente, a exemplo do que nós temos o costume fazer em Minas Gerais,
1144nesses assuntos mais complexos abrir uma reunião de trabalho da Câmara que faça
1145uma ampla discussão ponto a ponto da proposta da minuta fora de uma reunião
1146formal da Câmara. Talvez uma reunião, não se sabe ao certo se isso é muito
1147possível de fazer aqui já que os representantes vêm de vários Estados, mas por
1148experiência no COPAM isso acostuma ser produtivo porque não temos as mesmas
1149formalidades da reunião, o assunto pode ser mais aprofundado, a questão técnica
1150pode ir mais afundo e todas as dúvidas poderão ser esclarecidas, com isso, ganha-
1151se um certo tempo nas reuniões da Câmara, nas reuniões ordinárias formais, mas
1152independentemente disso, qual for a decisão estarei sempre a disposição dos
1153conselheiros para qualquer esclarecimento.

1154

1155 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Doutora Zuleica mais algum
1156comentário em relação ao assunto dito? Eu vou tentar encaminhar essa questão,
1157quer dizer, eu acho que realmente o trabalho que nós fazemos muitas vezes como
1158coordenador não é um trabalho que a gente quer pessoa física, a gente é
1159coordenador, assim como presidente de qualquer Comissão, quer dizer a gente tem
1160que facilitar o trabalho e fazer com que esses pontos de vista apareçam. Esse é o
1161primeiro aspecto. A gente sabe a dimensão e as diferentes perspectivas que estão
1162presentes nessa discussão e, eu acho que esse foi um trabalho muito bem feito pelo
1163Grupo de Trabalho e com a coordenação da Dr.^a Zuleica. Esse aspecto que a
1164mesma apresentou sobre uma reunião que não seja necessariamente da campanha
1165técnica, eu estava aqui pensando um pouco e ver a complexidade dessa temática.
1166Primeira coisa, olhando pelo Ministério do Meio Ambiente atravessa todas as áreas
1167do Ministério do Meio só o trabalho de fazer uma reflexão dentro do próprio
1168Ministério é um trabalho enorme é um trabalho que precisa de toda uma reunião, do
1169IBAMA, diversas secretarias que tem interface com essa temática, qualidade,
1170recursos hídricos, nós sabemos que chegando à próxima reunião tem que chegar
1171com uma reflexão consistente, robusta sobre esse processo. Eu vejo que tem aí
1172todo um trabalho que nós vamos ter que fazer dentro das nossas instituições, de
1173ouvir de discutir, não só olhar também pelo retrovisor, mas ver o que nós podemos
1174ganhar dentro desse processo. Eu gostaria de fazer um registro que tem uma coisa
1175que está me preocupando bastante que é essa questão da resolução do CONAMA
1176com proposta de revisão e, isso acaba com uma rotina de uma Câmara Técnica e
1177nós a acabamos fazendo uma revisão porque tem prazo não porque tem
1178necessidade. Eu sinceramente estou querendo aprovar uma resolução que proíba
1179essa questão da prever revisão, porque realmente nós tivemos a 344, e estamos
1180trabalhando revisão para fazer revisão e coloca na mesa questões que às vezes não
1181estão maduras para esse tipo de coisa, ou teremos que tomar uma decisão mais
1182radical aqui na câmara e dizer que não tem o que fazer na revisão está morta e não
1183tem revisão e manda para Plenária ou realmente nós vamos ficar com a nossa
1184agenda um caos porque nós não conseguimos priorizar um pouco hoje a discussão
1185da tarde e olhar pouco para essa agenda que a gente tem e a gente vai priorizar
1186esse processo. Tem esse trabalho interno nosso que é um trabalho difícil e
1187complexo e tem essa outra discussão que eu acho que talvez eu quisesse incentivar
1188essa discussão bilateral ou multilateral antes da reunião da Câmara Técnica que se
1189converse sobre essa questão. Eu sei que nós teremos muito que conversar com a
1190CNI, com a ABEMA, com ANAMMA com vários setores, os setores de saneamento,
1191porque nós temos que amadurecer até certa estratégia, onde não podemos definir
1192toda essa estratégia numa reunião com toda essa formalidade da câmara técnica.
1193Então, eu queria vamos dizer que minha preocupação apesar do pedido de vista ser
1194unilateral e reduzido, ele estrutura um pouco o processo. Nós temos que cuidar para
1195nossa liberdade aqui não aproveitar esse momento para fazer essa reflexão e já
1196aproveitar também para fazer certa discussão prévia, a própria reunião que nós
1197deveremos pautar numa próxima reunião da câmara técnica. Parece aqui que há
1198certo consenso que essa é uma temática que precisa desse passo para reflexão não
1199seria o caso agora de fazer um pedido de vista vamos dizer assim, mas parece que
1200foi unânime. Então, eu gostaria de encaminhar dentro dessa sugestão de partiu de
1201CNI, mas que depois teve o acordo de todos no sentido de recolhermos essa
1202proposta levarmos aos nossos órgãos e discutir e na medida do possível não queria
1203me comprometer agora, mas que possamos conversar e ver se há a possibilidade
1204de fazer algumas conversas bilaterais ou envolvendo mais de dois setores. Eu não

1205sei se nós poderíamos tentar encaminhar dentro dessa linha, me parece talvez que
1206tenha realmente sido aqui o resultado da nossa discussão no dia de hoje. Podem
1207encaminhar assim?

1208

1209**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu concordo com
1210o encaminhamento proposto pela mesa e alerto apenas uma coisa, que algum tema
1211ele tem que ser focal de início. Como eu disse é minha opinião, que eu gosto da
1212resolução, da proposta como ela é feita e, eu acho que ela é interessante, quando
1213ela extrai da 357 todo o padrão de emissão e deixa à parte, que eu acho correto
1214isso. O que não gosto muito é que se fere procedimento que não devem ser feridos.
1215Eu acho esta poderia ser o tema inicial dessa conversa que você fala e que você
1216colocou e, que eu concordo plenamente, mas poderíamos ter um ponto focal inicial
1217que seria o seguinte: temos uma 357, nós temos uma proposta paralela que em que
1218pese não ser perfeita me parece bastante boa, nós vamos propor para a plenária
1219uma nova resolução, mas precisamos pedir mandato para isso, mas ela está
1220bastante avançada ou a gente fala que aquilo vai ser esquecido. Esse poderia ser o
1221tema básico do debate, ou seja, o que a gente faz com o material produzido me
1222parece de muita boa qualidade. Então, ao invés de deixar em aberto uma conversa,
1223eu faria uma conversa muito específica falando o que pode ser feito com esse
1224material que está bem produzido. Falaremos para a Plenária que tivemos um
1225mandato e percebemos no decorrer do mandato que seria muito mais interessante
1226extrair a parte de emissão da resolução central e a mesma tem que ser coerente ou
1227então, não é possível fazer isso e não quero mexer nisso. Se programarmos todas
1228as conversas e tivermos como encaminhar essa questão como ponto central eu
1229acho que conseguimos resolver essa situação. Eu colocaria como tema central “o
1230que se faz com essa resolução” ou a gente incorpora ou pede mandato para fazer
1231uma nova e desincorporando da 357.

1232

1233**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que o Dr. Alonso está
1234adiantando um pouco a discussão que teremos na Câmara Técnica e, na realidade,
1235vamos recolher isso como uma sugestão para que possamos refletir até para dar
1236certo foco e objetividade na discussão que deveremos trazer para Câmara Técnica,
1237mas me parece que o entendimento geral foi que é preciso recolher, avaliar todo
1238esse aspecto e, em cima disso vamos não só trazer uma discussão sobre as
1239questões pontuais, mas uma discussão de estratégia que vai dentro dessa sua linha.
1240Podemos encaminhar dessa forma? Então, vamos dizer assim, está encaminhado
1241no sentido de que está apresentada à Câmara Técnica a proposta do Grupo de
1242Trabalho e vamos recolher essa proposta fazer uma discussão interna com os
1243nossos pares e devemos retornar essa discussão à Câmara Técnica em princípio na
1244próxima reunião. Então, na próxima reunião nós vamos fazer uma discussão, vamos
1245dizer assim, no sentido de qual o encaminhamento que devemos dar à essa
1246proposta e se a mesma pode ter uma discussão de recorte mais ou menos numa
1247linha que o Dr. Alonso apresentou aqui e, prezamos essa linha e essas outras
1248questões vamos dar um tratamento específico e vamos ver qual esse tratamento ou,
1249vai vir da discussão que cada um fizer. Acho que não é o momento de ficar limitando
1250o entendimento, vamos dizer assim, essa reflexão que cada setor terá que fazer,
1251não só no nível técnico onde sabemos que no Grupo de Trabalho realmente estão
1252representados o pessoal com o nível mais técnico que tem uma orientação
1253institucional, mas sabemos que na negociação do Grupo de Técnico não substituo

1254 toda uma reflexão de estratégia que tem que ter feita em cima desse produto final.
1255 Tem alguma relação referente ao encaminhamento? Por favor, Dr. Ivan.

1256

1257 **SR. IVAN REZENDE (PETROBRÁS)** – Obrigado Presidente. Há 1 ano e meio
1258 talvez um pouco mais, comentamos sobre a abertura abrangência que estava maior
1259 do que a prevista e, algum tempo depois a partir da primeira apresentação da
1260 doutora Zuleica, vimos que o trabalho estava com densidade, um trabalho bastante
1261 estruturado e numa reunião o presidente falou não, se fizermos um informe na
1262 Plenária isso passaria dar uma abrangência que a Câmara Técnica definisse.
1263 Talvez, pelo menos isso foi acertado na Câmara Técnica, acredito que foi dado esse
1264 informe no plenário, teria que resgatar e se isso realmente aconteceu à decisão
1265 talvez já não precise mais passar pelo Plenário com relação à abrangência do
1266 trabalho feito pelo Grupo de Trabalho. Concorde com o Alonso que foi um trabalho
1267 que envolveu muita gente, aprofundou bastante e teríamos que ver como aproveitar
1268 esse trabalho.

1269

1270 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A sua proposta vem ao encontro do
1271 que nós estamos discutindo e vamos fazer na realidade fazer uma reflexão sobre
1272 essa abrangência se há necessidade de fazer algum tipo de solicitação a Plenária
1273 ou não, mas iremos definir uma estratégia que terá que ser combatível com esse
1274 entendimento que nós precisamos construir na Câmara Técnica. Acho que o que
1275 está acontecendo aqui era o que gente sabia o que iria acontecer desde aquela
1276 primeira apresentação, acho que foi em agosto do ano passado onde a gente tinha
1277 deixado claro que grupo o estava desenvolvendo essa proposta e que passaria
1278 como todas as resoluções passam pela Câmara Técnica e a mesma vai construir o
1279 entendimento sobre o mérito, a aplicabilidade no que está sendo apresentado. Eu
1280 acho que o encaminhamento foi esse já que eu registrei aqui recolhemos a proposta,
1281 uma excelente proposta que tem uma abrangência e consistência. Vamos ver agora
1282 a aplicabilidade, a adequabilidade dessa proposta a uma estratégia que a Câmara
1283 Técnica pretende levar adiante e submeter ao Plenário do CONAMA. Então, eu
1284 quero agradecer mais uma vez, pois sei que esse trabalho exigiu uma enorme
1285 dedicação, só o número de reuniões foi muito grande, praticamente uma por mês e,
1286 pedir palmas para a doutora Zuleica. Com isso nós concluímos o primeiro ponto. Eu
1287 queria uma seguinte sugestão, acredito que podemos terminar essa reunião hoje.
1288 Passo a palavra para o Dr. Alonso.

1289

1290 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – O Grupo de
1291 Trabalho de fontes fixas foi instituído para verificar a continuidade da resolução
1292 anterior sobre fontes fixas, então estamos mexendo em fontes fixas instaladas e a
1293 anterior foram fontes fixas novas. Basicamente nós já fizemos 3 reuniões, fontes já
1294 instaladas de chumbo já estão consolidadas e esse grupo é dividido em sub-grupos
1295 que preparam o material para o grupo discutir e grande parte já está avançado e
1296 esse grupo retorna outro dia com novas análises, mas falta uma coisa, precisa pedir
1297 uma prorrogação de prazo e, fora isso o grupo está andando e está informado. Muito
1298 obrigado.

1299

1300 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Cleide, não sei se poderia me
1301 esclarecer, como está essa questão do prazo?

1302

1303**A SRª CLEIDE (CONAMA)** – É preciso renovar o prazo por mais 6 meses que é de
1304praxe.

1305

1306**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Já temos alguma proposta de
1307resolução?

1308

1309**A SRª CLEIDE (CONAMA)** – Temos uma proposta de resolução de chumbo e de
1310cana-de-açúcar e de siderurgia.

1311

1312**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não. Seria proposta de resolução para
1313extensão de prazo.

1314

1315**A SRª CLEIDE (CONAMA)** – Normalmente a Câmara Técnica decide prorrogar o
1316prazo e não precisa de plenário. Não é daquelas que precisam de resolução.

1317

1318**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Existe algum pedido de esclarecimento
1319de algum comentário em relação à questão do Grupo de Trabalho de fontes fixas
1320que gostaria de ser feito?

1321

1322**A SRª SÉRGIA OLIVEIRA (MMA)** – Eu queria mais dois minutinhos para você falar
1323um pouco se a linha do que está sendo proposto agora ela continua na mesma da
1324resolução já existente porque nós temos especificidades que a gente tem tentado
1325discutir no grupo de fonte fixa especial em relação a emissão de poluentes mais
1326complexos e, queria saber se vocês estão nessa linha e se existe alguma
1327perspectiva e se essa reunião do dia 10/03 é do grupo todo ou todos os grupos irão
1328relatar.

1329

1330**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Na Fonte Nova,
1331nós não mexemos com POP porque estava tudo muito indefinido como eu acho que
1332continua tudo muito indefinido, agora não tem a menor sentido regulamentar fonte
1333existente, POP, e não na nova, seria maior contradição possível. O que nós
1334pensamos na época foi o seguinte: vamos fazer a resolução sem mexer nas
1335questões dos pops, nós incorporamos todas e praticamente não se muda a
1336resolução, você simplesmente coloca no fator de emissão o que você quer. Essa
1337resolução tem uma estrutura que permite isso, você simplesmente acrescenta se o
1338parâmetro de oxíla for um parâmetro importante e houver consenso você coloca em
1339todas as fontes de poluição naquelas interessantes, digamos de queima, ou
1340naquelas a serem chamadas você coloca uma linha mais fácil oxíla tanto, mas não
1341mexemos ainda e, seria muito incoerente mexer na fonte existente e não mexer na
1342nova. Estamos aguardando um esclarecimento um pouco mais consistente em
1343termos de país.

1344

1345**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mais algum esclarecimento? Então,
1346eu coloco em avaliação se alguém é contrário a extensão de 6 meses para o Grupo
1347de Trabalho concluir o seu trabalho agora. Por unanimidade a Câmara entende
1348como adequada a prorrogação por 6 meses o prazo para o Grupo de Trabalho que
1349denominamos de fontes fixas. Então encerramos a parte da manhã.

1350

1351

1352(*Intervalo para almoço*)

59

1353

1354

1355 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Boa tarde, vamos retomar a nossa 40ª
1356 Reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade, nós vencemos o ponto 3.1 e
1357 também já apresentamos o 3.3. Ficou, então, ainda na ordem do dia aqui a
1358 apresentação do relatório do grupo de monitoramento de fósforo que foi criado a
1359 partir da Resolução 359 de 2005. Quem é que vai fazer a apresentação? É a
1360 Patrícia.

1361

1362 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Boa tarde a todos. Eu vou
1363 representar o Grupo de Trabalho e a pedido do Nelson eu vou fazer a apresentação.
1364 Como o andamento do grupo ele acabou caminhando num consenso, então eu
1365 fiquei bem tranqüila de fazer à apresentação aqui. Participaram desse Grupo de
1366 Trabalho integrantes da Abipla, da ANA, CETESB, CONAMA, IAP, IBAMA, IGAM,
1367 MMA e Sabesp; sendo que entidades participaram de algumas reuniões, outras
1368 participaram de todas. Vou falar um pouco do histórico desse Grupo de Trabalho.
1369 Em 2002 foi o ano que iniciaram as discussões para formação de um Grupo de
1370 Trabalho para estudar a questão fósforo oriundo dos detergentes em pó, conhecidos
1371 como sabão em pó, mas tecnicamente é detergente em pó. Nos anos de 2003 a
1372 2004, ocorreram as discussões do GT CONAMA, com o intuito de escrever á
1373 proposta de resolução que foi publicada em 2005, que é a Resolução CONAMA 359
1374 de 2005, onde foi proposta uma redução gradual nos níveis de fósforo no detergente
1375 em pó. Nessa Resolução, o art. 7º dessa resolução estabelecia que depois de 06
1376 meses da divulgação da resolução era necessário criar um Grupo de Trabalho que
1377 seria um grupo de monitoramento de fósforo nos corpos d'água para avaliar a
1378 eficácia da resolução. Então, esse relatório que está apresentando aqui é esse
1379 Grupo de Trabalho. De 2008 a fevereiro de 2010 ocorreram reuniões desse Grupo
1380 de Trabalho de monitoramento de fósforo nas redes de qualidade do país, conforme
1381 preconizado na 359. Só, então, um resumo do que estabeleceu a Resolução a 359
1382 de 2005. Foram estabelecidos prazos de adequação e de 6, 18 e 36 meses; onde
1383 ocorriam reduções gradativas na concentração de fósforo. Aqui está expresso em
1384 P_2O_5 e em P, porcentagem de P_2O_5 e P que é da forma que está na Resolução.
1385 Então, foram estabelecidos dois limites, um limite máximo, ou seja, nenhum produto,
1386 nenhuma formulação, poderia ultrapassar aquele limite máximo e uma média
1387 ponderada por grupo fabricante importador, porque dentro de portfólio ocorrem
1388 diversos produtos, com diversas concentrações de fósforo na sua formulação. Além
1389 de atender o limite máximo, a média ponderada do portfólio não poderia ser
1390 superada também. Agora, o objetivo desse Grupo de Trabalho de monitoramento,
1391 esses são os objetivos específicos: primeiro seria cumprir o art. 7º e os específicos:
1392 avaliar o atendimento dos grupos fabricantes importadores aos novos critérios legais
1393 de níveis de fósforo na formação dos detergentes em pó, apresentar por meio dos
1394 dados de monitoramento os resultado decorrente das medidas implantadas na
1395 redução de concentração de fósforo nos corpos hídricos; avaliar a evolução dos
1396 níveis de fósforo nos corpos hídricos e da contribuição e do controle das demais
1397 fontes desse elemento, identificar oportunidades futuras de redução ou manutenção
1398 das concentrações de fósforos presentes nos detergentes em pó. Nós utilizamos as
1399 seguintes metodologias: revisão bibliográfica de dados nacionais e internacionais, o
1400 Grupo de Trabalho focou em relação à definição de rede básica de monitoramento
1401 em redes já pré-existentes, como utilizar o que o país já tem de qualidade de água,
1402 na elaboração de procedimentos para divulgação das informações. Foram
1403 consideradas as redes dos Estados de Minas, Paraná e São Paulo. E o IBAMA
1404 desenvolveu em sua página internet um sistema de controle e de fiscalização da
1405 Resolução 359 de 2005. Então, o IBAMA criou na sua página esse sistema de
1406 fiscalização. Os grupos fabricantes importadores entram nesse cadastro e
1407 cadastravam os dados referentes ao uso de fósforo nas formulações. Esses dados
1408 foram apresentados pelo IBAMA no Grupo de Trabalho, com base nesses dados foi
1409 possível nós apresentarmos essas duas figuras: a figura 1, é a média ponderada da
1410 concentração de fósforo presente nos detergentes em pó de 2006 a 2009, sendo
1411 que o cadastro de 2006 refere-se ao ano de 2005. Então, a concentração em

1412percentagem em 2006 referente ao ano de 2005, era 2.42, em 2007 1.98, 2008 2.9 e
14132009 1.63. Também foi possível fazer uma avaliação da carga redução de carga de
1414fósforo em função da entrada da Resolução CONAMA, porque ela começou a
1415vigorar em 2005. Então, 2006 que é o referente ao ano 2005, a carga anual era de
141614.767 toneladas passou a 13.947, 12.370 e em 2009, 11.607 toneladas. Outro dado
1417em relação ao consumo de STPP, consumo anual de STPP foi o que nós
1418compilamos, foi com base nos dados da Abiquim. Considerando os anos de 2003 a
14192009, sendo que na primeira coluna é a produção de STPP no Brasil. A segunda é o
1420que é exportado, porque eu preciso, aí eu sou o produzido aqui e trazido para cá.
1421A quarta coluna é o exportado, ou seja, o que sai do País. Então, eu pego o
1422somatório do que é produzido aqui, mais o que é importado e diminuo a exportação,
1423eu tenho o que fica no país. Então, no ano de 2003, eu tenho 103.284 toneladas, por
1424exemplo, sendo que 95% desse STPP, ele é destinado à produção detergente em
1425pó, então 98.120 toneladas, 2004, 103.374 toneladas e assim por diante. Então,
1426ouve uma redução chegando a 2009 com 53.465 toneladas de STPP utilizado para a
1427fabricação de detergente em pó. Bom, um dos trabalhos que foram utilizados que
1428nós fizemos um levantamento bibliográfico é o trabalho Brasil das Águas, esse
1429trabalho apresenta um panorama geral dos recursos hídricos brasileiros com ênfase
1430na qualidade das águas. É aquele trabalho do hidroavião, os autores dividiram o
1431país em 13 regiões hidrográficas, foram realizadas coletas em 1.106 pontos
1432amostrais. Então, eles fizeram algumas análises de metais de alguns ânions e
1433fizeram o índice de estado trófico com base na análise de fósforo total por isso que
1434nós usamos esses dados para ter uma idéia do geral. Então, é uma fotografia do
1435momento, mas dava para nós termos uma idéia geral da situação.

1436

1437**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Só para o seu trabalho não
1438ficar desatualizado, você colocou Região Hidrográfica 13, são 12, porque a 13 não
1439existe mais.

1440

1441 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Na época foi, eu estou
1442 citando, o trabalho foi citado, 1.160 pontos. Bom, de uma forma geral a
1443 concentração a fósforo total dos corpos d'água, esteve fortemente relacionada à
1444 densidade demográfica da região hidrográfica e, portanto, sujeita à maior influência
1445 antrópica e a deficiência de saneamento esse gráfico mostra a relação entre
1446 densidade demográfica e concentração média de fósforo total nas regiões
1447 hidrográficas. Tem uma correlação forte. E aí é nessa tabela é apresentada um
1448 resumo do estado trófico das regiões hidrográficas amostradas, 1.160 pontos 40%
1449 foram classificados como oligotróficos, 35% mesotróficos, 24% eutróficos e 1%
1450 hipertrófico. Sendo que em cada região hidrográfica, a causa da eutrofização eram
1451 causas diferentes. Agora já para os resultados das redes de monitoramento
1452 selecionadas, as pré-existentes, aí eu tenho os resultados de Minas Gerais e de São
1453 Paulo. A primeira figura apresenta resultados que não atenderam ao limite a classe
1454 em 2008 no Estado de Minas. Então, nós temos o fósforo como o terceiro parâmetro
1455 que mais apresentou não conformidades com 33.1% de não conformidades. E o
1456 gráfico abaixo, apresenta os dados de São Paulo. A barra em vermelho, são dados
1457 de 2003 a 2007 e eles estão em percentagem também e o tracejado em azul, é de
1458 2008. Então, fósforo cerca de 60% das amostras também não atenderam ao padrão
1459 de qualidade da classe. A rede de monitoramento do Paraná, ela não apresentou
1460 nenhuma tendência de aumento ou de decréscimo na concentração de fósforo ao
1461 longo dos anos de 2004 a 2008, não foi possível observar nenhuma tendência.
1462 Tentando avaliar a questão da tendência, esses 2 gráficos, o de cima é de Minas e o
1463 de baixo é de São Paulo, mostram os dados de 2005 a 2008 para Minas e 2002 ou
1464 2008 para São Paulo. A média/mediana e ali em Minas tem o limite que é o padrão
1465 de qualidade da classe, da norma estadual de Minas. Na verdade, você não vê em
1466 Minas, não foi possível identificar uma alteração, continuou praticamente a mesma
1467 concentração, isso pode ser enxergado como um ponto positivo, quando você pensa
1468 em crescimento demográfico, você continua com a mesma. Mas existem outros
1469 fatores que influenciam, nós vamos falar um pouco mais a frente, na concentração
1470 de fósforo no corpo d'água, de São Paulo, se pegar a média que é a linha mais
1471 clara, uma leve tendência de diminuição, uma tendência gráfica de diminuição é
1472 possível observar. Bom, algumas conclusões, então, que nós podemos tirar com
1473 base nesses resultados. A Resolução CONAMA 359, ela representa um avanço na
1474 questão de controle preventivo da poluição dos corpos hídricos do país, os dados do
1475 cadastro do IBAMA mostraram que setor produtivo de detergente em pó, de uso
1476 doméstico atendeu as exigências estabelecidas na Resolução CONAMA 359,
1477 atingindo dessa forma uma redução das cargas de fósforo isso é possível
1478 quantificar. Tais medidas podem ser interpretadas como de extrema valia sob o
1479 ponto de vista ambiental e a particularmente em decorrência da dificuldade em
1480 estabelecer o controle dessa fonte, somente pelo tratamento de esgotos. No período
1481 de 2005 a 2008 os dados da Abiquim indicaram uma redução de carga de fósforo de
1482 59 toneladas por dia, para 36.6 toneladas por dia, sendo, portanto, uma redução de
1483 38% nesse período. Considerando o ano de 2009 essa redução atinge 29 toneladas
1484 por dia. E de acordo com os dados declarados ao IBAMA, a redução de fósforo
1485 aportado ao meio ambiente para o mesmo período, foi de 40.5 toneladas por dia
1486 para 31.8 toneladas por dia. Os dados disponíveis pelas redes de monitoramento
1487 avaliados por este grupo, não permitiram isolar o fósforo, oriundos dos detergentes
1488 em pó e de suas outras fontes que seriam dejetos humanos, cargas difusas; enfim
1489 outras fontes. Constou-se a dificuldade de se avaliar o ganho ambiental apenas a
1490 partir dos indicadores escolhidos, visto que existem outras variáveis, tais como:

1491crescimento vegetativo, nível de tratamento de esgotos, a pluviometria e a alteração
1492de perfil do consumo, quali e quantitativo, uma vez que, como eu disse diversos
1493produtos têm teores distintos de fósforo e essas alterações são decorrentes da
1494alteração do nível social econômico da população e na
1495conjuntura econômica do País. Essas variáveis também interferem no
1496comportamento do fósforo no corpo hídrico e essa mesma dificuldade foi constada
1497no trabalho de revisão realizado nos Estados Unidos. Então, esse outro trabalho,
1498nós também fizemos um levantamento com eles e fizeram um estudo parecido,
1499avaliaram a concentração de fósforo nos corpos d'água nos Estados Unidos e eles
1500tiveram as mesmas conclusões que as nossas, não foi possível isolar, lá em vários
1501estados, eles não conseguiram enxergar um causa de efeito direto. Porque você tem
1502todas as outras fontes e todas as outras variáveis. Tendo em vista os novos cenários
1503de fabricação de detergentes em pó no Brasil e o mercado de STPP que hoje é
1504100% importado, bem como, os níveis médios atuais adotados na formulação dos
1505detergentes em pó, de 1.63%, enquanto a restrição da Resolução foi de 3.16%,
1506recomenda-se uma revisão da resolução com limites mais restritivos, tendo em vista
1507a necessidade de redução fósforo nos corpos d'água, considerando as fontes
1508prioritárias detectadas recomenda-se também que a exigência de uso de sistemas
1509de tratamento terciário, para remoção do fósforo seja feita adaptando-se à
1510Resolução CONAMA 357, com o seguinte texto: "O órgão ambiental poderá exigir
1511tratamento terciário para remoção de fósforo em locais sujeitos a eutrofização,
1512considerando no corpo hídrico, o aporte de fósforo através de lançamentos de
1513efluentes domésticos e industriais, a poluição difusa, a capacidade de suporte, os
1514usos preponderantes mais restritivos e a condição da qualidade". E por último,
1515reiterando o posicionamento expresso pelo Grupo de Trabalho que subsidiou a
1516elaboração da Resolução CONAMA 359 de 2005, as conclusões desse relatório
1517sustentam a recomendação de que seja criado um Grupo de Trabalho com o objeto
1518específico de elaborar diretrizes para gestão e controle de outras fontes pontuais e
1519difusas, responsáveis pelas ocorrências de eutrofização no Brasil com a prioridade
1520para os mananciais de abastecimento público de água. Então, isso foi colocado ao
1521final do Grupo de Trabalho e esse grupo reitera essa colocação considerando que
1522essa é uma gestão que tem que ser feita integrada, não somente em uma única
1523fonte. Obrigada.

1524

1525**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu gostaria de agradecer a
1526apresentação da doutora Patrícia. Eu queria só esclarecer um pouco qual é o nosso
1527papel aqui na Câmara Técnica porque nós estamos recebendo esse relatório e eu
1528estou até consultando. O nosso papel aqui é discutir fazer sugestões ou nós temos
1529que aprovar esse relatório? Esse relatório deverá encaminhado à Plenária? Na 359,
1530porque tem vários aspectos que me chamam a atenção. Tem algumas questões que
1531saem como recomendação que nós podemos encaminhar para os órgãos executivos
1532que têm essa responsabilidade, fazer um Grupo de Trabalho para gestão que não
1533vejo que isso tenha que ser no âmbito da Câmara Técnica. Ao se encaminhar esse
1534relatório, essa questão fica encaminhada para essa instância. Existem aspectos que
1535dizem respeito mais a essa Câmara e que isso são questões de revisão da
1536Resolução 359. Algumas sugestões que poderão entrar como "input" até na
1537discussão da 357 que nós tivemos hoje pela manhã já alguma discussão, a cerca
1538dos encaminhamentos que nós devemos dar. Então, eu queria clarear um pouco o
1539nosso papel que eu acho isso importante na nossa discussão aqui.

1540

1541 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Eu estou convencido de que...
1542 sem gozação, vamos falar sério, mas eu estou convencido que não cabe aprovação.
1543 Usando as expressões do presidente, brincando, mas não vai caber a aprovação, só
1544 que houve um mandato, uma incumbência de se fazer um relatório, fazer uma
1545 avaliação, um acompanhamento da eficiência e eficácia dessa resolução na
1546 aplicação dessa resolução. A matéria está posta, matéria que tem que ser levada ao
1547 plenário para dar conhecimento. Matéria essa vem junto a ela recomendações que
1548 eu acho algumas bastante procedentes, a da 357 qualquer modificação que isso
1549 implicitamente já está na 357, tratamento terciário deverá ser utilizado em função de
1550 capacidade de suporte, isso já está colocado na 357 só um leitura mais apurada
1551 você vê que pode não estar expressa, mas está embutida na linha subentendo linha
1552 de entendimento. Tem mais outras sugestões que efetivamente não é só o
1553 detergente em pó, embora seja no meu modo de ver a principal fonte. Não é a
1554 principal fonte? Então, nós temos que correr, a primeira leitura a primeira impressão
1555 que me ocorreu é que fosse esse o principal responsável pela parte do fósforo nos
1556 curso d'água. E não sendo, o relatório indica para que faça e prospere-se num
1557 estudo mais aprofundado com relação a outras fontes. Tem que se levar isso ao
1558 conhecimento do plenário para ele até aprovar, sim os encaminhamentos, ou seja,
1559 prorrogar o grupo para que faça a avaliação junto aos outros segmentos, as outras
1560 fontes com relação ao fósforo, outras medidas que estão indicadas aí. Então, a
1561 minha linha é essa que esse material suba ao plenário, para que o plenário ratifique
1562 ou não as indicações de soluções de condição de encaminhamento que estão aí
1563 colocados.

1564

1565 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tenho algumas dúvidas sobre esse
1566 encaminhamento.

1567

1568 **A SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** – Eu entendo que houve mais uma vez
1569 em uma resolução do CONAMA, um mandato para um Grupo de Trabalho para
1570 exercer determinadas atividades de levantamentos. Então, eu acho que primeiro
1571 ponto é considerar, se o que foi dado como mandato para esse Grupo de Trabalho
1572 foi cumprido, se a Câmara Técnica concorda com isso e isso então, será informado
1573 como cumprimento de um disciplinamento que já foi feito numa resolução no
1574 CONAMA já existente, para mim, seria isso. E em relação especificamente a esse
1575 ponto, eu entendo assim, dentro do que o Grupo de Trabalho desenvolveu, uma
1576 primeira parte eu acho que eles conseguiram verificar de uma forma consistente que
1577 seria o atendimento dos fabricantes de detergentes, em relação aqueles limites
1578 colocados de fósforo. Então, eu acho que isso pode ser avaliado, mas eu entendo
1579 que a Patrícia trouxe outra questão, de outra atividade, de verificar qual teria sido o
1580 impacto da questão dos corpos d'água e aí entra essa questão que é minha dúvida,
1581 das recomendações que o grupo fez posteriormente, de tratamento terciário etc. A
1582 minha visão, mesmo que isso seja como uma contribuição complementar, porque na
1583 medida em que um grupo de especialistas se debruça para estudar um assunto,
1584 surgem outras questões, isso deve ser um pouco filtrado talvez avaliado por esta
1585 Câmara Técnica como, por exemplo, a questão da sugestão do tratamento terciário.
1586 Por quê? É importante identificar exatamente quais são as fontes de contribuição,
1587 porque no caso específico de detergente se aprova uma resolução e se diz assim:
1588 olha tem um limite de teor de fósforo no seu produto e em relação às outras grandes
1589 fontes ou principais fontes. Quer dizer, que tipo de trabalho deve ser e qual tipo de
1590 trabalho que deveria ser feito, antes de você partir para uma medida de *end of line*,

1591quer dizer, de fim de linha, no tratamento do esgoto que já está sendo jogado o
1592corpo d'água. Qual é a relação benefício de custo disso? De repente, talvez seja
1593melhor nós identificarmos quais são essas fontes e atuarmos em cima disso, do que
1594você depois ficar lá tentando remediar o prejuízo. Então, eu acho que antes dessas
1595recomendações, acho que acabaria nosso papel como essa Câmara Técnica de
1596Mérito, nós avaliarmos um pouco isso.

1597

1598**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tenho dois aspectos: um aspecto é
1599que nós vemos que tem uma resolução, o objetivo é diminuir o conteúdo de fósforo
1600nos detergente em pó e nós verificamos, embora tenhamos algumas dúvidas de
1601como foi obtido aquele número e depois eu vou entrar no caso. Quando nós
1602entramos nessa questão do impacto para mim, isso é altamente especulativo o que
1603está se trazendo aqui e eu acho que desenvolver recomendações a partir dessa
1604análise especulativa, não sei se seria o caso. Eu estou até falando demais, eu queria
1605ouvir o Ministério do Meio Ambiente, depois que acompanhou essa discussão.
1606Porque nós sabemos que fósforo é um problema, agora a relação entre o fósforo e
1607detergente em pó, tem poucos elementos, se você pudesse esclarecer um pouco,
1608mas o sentimento que eu tive é que essas recomendações, teriam que ser de
1609caráter muito geral e o peso que elas teriam nesse relatório final não poderiam ser
1610muito grande. Então, eu queria, vamos dizer assim que eu vejo um foco claro que é
1611o seguinte, se diminuiu a concentração, há uma avaliação de que essa concentração
1612pode ser reduzida mais ainda, não sei se seria o caso de uma revisão de resolução,
1613gostaria até que os nossos pares aqui da Câmara comentassem esse aspecto, essa
1614sugestão de revisão. Mas, o porquê dessa revisão se é necessária realmente haver
1615uma revisão para tratar desse assunto da quantidade, mas são esses pontos que eu
1616queria levantar que eu vejo sob o aspecto de que se verificou, no cadastro do
1617IBAMA se reduziu a concentração, de certa forma está sendo obedecido, o que está
1618previsto na resolução, agora as outras inferências que se faz são num grau de
1619especulação, para mim, muito alto. Doutor Alonso, a palavra está aberta.

1620

1621**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu não queria,
1622mas eu vou falar por uma razão. Quem fez essa proposta fui eu, então, eu me sinto
1623meio obrigado a falar mesmo sem querer. A intenção era mais ou menos isso que já
1624foi falado aqui. Eu acho que nós temos que apresentar esse relatório a plenária,
1625como uma forma de você dar como cumprida aquela recomendação que tinha uma
1626exigência que tinha na própria resolução. Quanto agora as recomendações e
1627conclusões, eu acho que cabe uma boa reflexão e elas devem ser fruto de uma
1628decisão da câmara. E entendo que eu tenho estudado bastante isso aí a proposta
1629inicial eu fui um dos formuladores dela. Por isso que eu estou me obrigando a falar.
1630Mas é uma maneira, o relatório tem que ser apresentado de tal maneira que uma
1631vez apresentado, cumpriu-se a exigência da resolução. E segundo, as
1632recomendações eu acho que elas devem ser feitas, sim, senão como um relatório
1633que eu fiz, ah, eu fiz um relatório que legal, que bonito. Eu acho que nós podemos
1634fazer uma recomendação, dizendo, me basta por aqui. Mas, eu acho que ela tem
1635que ser o fruto de uma reflexão da câmara. A proposição final ela deve ser o fruto de
1636uma reflexão da câmara. O resto são moções de se fazer um tratamento
1637beneficiário, eu também nem sou contra, porque se por um lado você no país, ao
1638cuidar da questão do tratamento de esgoto, você tem que tomar muito cuidado, em
1639fazer normas extremamente rígidas de maneira que dificulte a instalação de novas
1640estações de tratamento de esgoto em locais que não tem, você pode fazer

1641 exigências extremamente, digamos assim precipitadas pelo menos é o que alegam.
1642 Então, você dificultaria algo que eu sempre chamo ao contrário de todos os
1643 empreendimentos que são empreendimentos poluidores, a estação de tratamento de
1644 esgoto é um empreendimento despoluidor. E isso é uma diferença importante.
1645 Então, às vezes, é melhor você ter um empreendimento despoluidor de menos
1646 eficiência, porém que já tira alguma coisa, do que ter alguma coisa extremamente
1647 exigente como o tratamento terciário, quartanário, quinquenário, sei lá o que. E destila
1648 a água para poder jogar no corpo e impedir que efetivamente se faça isso. Então,
1649 dessa forma entendo que nós fechamos o ciclo, apresentando a plenária o relatório,
1650 porém eu acho que essa câmara ao fazer isso, ela tem sim que não deixar o
1651 relatório em branco, mas fazer proposições. Não sou contra o terciário, porque eu
1652 acho que existem em alguns lugares que ele pode ser feito. Eu não posso também
1653 me balizar sempre por baixo. Eu tenho que sempre fazer entender o recorte do país
1654 e ser condescendente com os diferentes recortes, está certo. Eu acho que a Patrícia
1655 falou de manhã que a lei é para o rico, a lei é para o pobre, acho que não, a lei é
1656 para o rico, a lei é para o intermediário, para a classe média e para os pobres. É
1657 saber o que país tem esse recorte e saber trabalhar com isso. Eu acho que é
1658 obrigação de fazer uma recomendação ao CONAMA mesmo que seja. Paro por
1659 aqui.

1660

1661 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Seria uma recomendação ou um
1662 encaminhamento com relatório, com algumas observações? A minha preocupação é
1663 a seguinte, essa câmara vai endossar esse relatório, in totum, ou ela vai encaminhar
1664 e chamar atenção para algumas questões que ela acha que são, um exemplo, o que
1665 nós poderíamos tirar daqui, tipo um relatório para fazer alguns aspectos que nós
1666 achamos que seria um sumário executivo desse relatório em que há um acordo na
1667 câmara técnica que essas são as grandes questões que não queria dar essa
1668 questão, talvez muito mais andamento, porque eu acho o que Grupo de Trabalho de
1669 uma certa forma cumpriu o seu mandato, a sua finalidade e agora o que nós temos é
1670 que realmente achar a forma adequada. A minha preocupação é que dependendo
1671 da forma que encaminhamos esse tipo de relatório, nós podemos ter resultados bem
1672 diferentes, sendo em uma Plenária no CONAMA. Quem aqui tem acompanhado
1673 esse processo sabe disso. Então, a minha preocupação é definir claramente aqui na
1674 câmara, talvez nós tiremos alguém para fazer uma relatoria, onde se faça esse
1675 encaminhamento do relatório com algumas observações. Eu teria uma dificuldade
1676 de encaminhar, vamos dizer assim, encaminhar o relatório não há problema, mas a
1677 hora que a Câmara encaminha o relatório, nós estamos concordando com tudo que
1678 tem no relatório? Esse é um ponto que nós temos que tomar certo cuidado.

1679

1680 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – As
1681 recomendações ou proposições, acho que elas são nossas.

1682

1683 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – As que estão no relatório, são do GT,
1684 o que vamos encaminhar como Câmara Técnica.

1685

1686 **SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Agora só um detalhe, você viu
1687 que eu fiz um comentário que se você fizer uma leitura aprimorada da 357, a
1688 questão do terciário já está colocado, qualquer tipo de tratamento já está lá
1689 colocado, é o tratamento necessário em função da capacidade de suporte da
1690 localização. Então, isso já está explicitamente colocado, pode ser que esse seja um

1691tópico que nós não aprovemos. Agora indiscutivelmente todo mundo aqui aprovará
1692que o valor colocado de três vírgula não sei quantos por cento já está plenamente
1693superado por todas as indústrias. Muito provavelmente você pode fazer uma
1694resolução, reduzindo esse valor, isso aí não vai ter problema. Então, tem algumas
1695coisas do indicativo para levar ao plenário que é simplesmente, dê nova redação ao
1696artigo tal, reduzindo de tanto para tanto. Então, tem alguns pontos que são
1697discutíveis agora outros não. Esse da questão da mudança da 357, para generalizar
1698que de certa forma tem que tomar muito cuidado com a redação, porque a redação
1699dada por ela, é uma redação um tanto quanto genérica para a questão do
1700tratamento terciário. Tratamento terciário cabe aqui no Lago Paranoá.

1701

1702**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu não estou querendo entrar nesse
1703mérito, eu estou tentando acertar uma questão assim mais de como é que nos
1704vamos encaminhar essa questão, qual é a proposta que eu estou tentando para
1705facilitar o nosso trabalho aqui. Nós tínhamos um relatório, esse relatório registra
1706esses pontos que são aderentes, muito claramente ao mandato que foi dado a esse
1707Grupo de Trabalho através de uma própria resolução e com isso, vamos dizer assim,
1708nós reduziríamos essa grande quantidade de recomendações, sugestões aqueles
1709que são fundamentais, dizendo que foi cumprido, porque o Grupo de Trabalho fez o
1710relatório. Porque eu vejo assim, nós vamos ter um documento que expresse o que a
1711Câmara Técnica entende, então vamos montar um encaminhamento.

1712

1713**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Uma
1714pequena informação, ontem ao sair de casa, eu até falei com a Patrícia, que recebi
1715um e-mail datado de 16h41 que contem já um relatório detalhado, não é só esse
1716resumo. Não sei se todos receberam. Uma vez feito esse relatório, de qualquer
1717maneira existe um relatório, o que você está propondo é que se faça um resumo
1718desse relatório?

1719

1720**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que faremos um
1721encaminhamento desse relatório à plenária. A minha preocupação é seguinte: eu
1722recebi esse relatório e nós temos a interpretação que tudo que tem nesse relatório
1723tem a chancelada da Câmara Técnica. Essa é a minha preocupação e tem coisas de
1724nível diferente, como disse eu entendo, essas inferências que vêm a partir somente
1725nos efeitos nos corpo d'água, para mim, é altamente especulativo, se eu tivesse que
1726entrar nessa relação entre a resolução e à qualidade da água, é isso que eu quero
1727dizer. Eu acho que tem alguns aspectos ali que foi cumprido, ao impactar e
1728identificou-se que reduziu 2 ou 3 questões que entendemos que é interessante
1729propor a revisão nos termos do que é proposto no relatório. Seriam 3 ou 4 coisas
1730que nós encaminharíamos e chamariam atenção para essas questões, não sei se
1731seria essa a melhor forma, estou só aqui trazendo essa discussão, porque realmente
1732a primeira vez que eu tenho esse tipo de questão aqui na Câmara Técnica para
1733tratar e não gostaria de deixar essa coisa para decidir lá na plenária.

1734

1735**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom, eu queria só fazer
1736uma defesa das recomendações. Mais de 5 anos atrás, quando nós estávamos
1737discutindo isso, a questão das fontes, o fósforo detergente, ele não é a principal
1738fonte, tanto que se ele fosse à principal, era para nós termos conseguido enxergar
1739alguma coisa mais causa efeito mesmo no corpo d'água e não é. A principal fonte é
1740o esgoto doméstico. Quando vocês lerem o relatório, vai ser possível ver que

1741 também, não o esgoto doméstico em todos os lugares. Existem casos e casos, tem
1742 caso que também não vai adiantar que se você tratar o esgoto doméstico, porque lá
1743 vai ter uma questão mais focada na agricultura, aí não vai resolver. Então, não
1744 adianta eu tapar o sol com a peneira, eu tenho que ir caso a caso, por isso que nós
1745 reiteramos a nossa recomendação, de se criar um grupo integrado para avaliar
1746 todas as fontes. Porque primeiro que se não consegue, se nós não tivermos a
1747 avaliação de todas as fontes, você não consegue pegar uma e falar quanto que deu
1748 para melhorar com essa. Não vai ser tão causa efeito, tão são simples assim essa
1749 avaliação. A outra coisa é em relação à questão do tratamento terciário, é claro que,
1750 ninguém aqui no grupo achou que, ah, vamos resolver o problema com tratamento
1751 terciário no País, não é isso. Mas, por exemplo, a União Européia tem uma diretiva,
1752 onde eles selecionam áreas críticas, então é bem nessa linha, primeiro você
1753 seleciona, não é que estabelece que tenha que tratar, primeiro tem que tratar onde e
1754 por quê. Então essas áreas críticas tem uma série de critérios para selecionar, áreas
1755 de manancial de abastecimento, enfim, vai depender de uma série de aspectos, não
1756 simplesmente colocar um artigo em uma Resolução e achar que vai resolver, não é
1757 por aí. E bato firmemente nessa questão das outras fontes, nós temos que olhar
1758 para o conjunto das fontes e não só para uma, não adianta também, reduzir mais um
1759 pouco e daqui 5 anos nós voltamos aqui, nós vamos discutir e vamos falar a mesma
1760 coisa, ah, não deu para sentir não deu para ver, porque nós esquecemos as outras.
1761 É só isso que eu queria deixar registrado.

1762

1763 **A SR^a. CRISTINA AIRES CORRÊA LIMA (CNI)** – Bom, agora a Patrícia, eu fiquei
1764 um pouco confusa, porque você disse que a principal fonte é de esgoto. Mas você,
1765 quer dizer, no próprio esgoto você tem a contribuição do detergente que é usado e é
1766 lançado no esgoto. Então, eu acho que era importante até para nossa orientação
1767 aqui, talvez apresentar em forma de um gráfico de pizza ou qualquer coisa, quais
1768 são as fontes de contribuição de fósforo. Eu não sei se vocês têm isso.

1769

1770 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Nós temos isso. Isso foi
1771 feito um dos subgrupos estudou justamente isso e nós apresentamos no outro grupo
1772 e que aí nós não quisemos misturar as coisas. Como esse grupo, o mandato dele
1773 era fazer uma avaliação nas redes de monitoramentos existentes e apresentar um
1774 relatório que foi o que nós fizemos, nós não quisemos extrapolar, porque isso tudo
1775 foi feito no processo da 359, mas nós não quisemos colocar coisas aqui.

1776

1777 **A SR^a. CRISTINA AIRES CORRÊA LIMA (CNI)** – Essa sua argumentação eu
1778 entendo, como? Além de cumprir o mandato, vocês foram um pouco além e fizeram
1779 recomendações, acho até para substantivar, fundamentar essas recomendações de
1780 vocês, acrescentarem informações adicionais que vão ser necessárias. E mais uma
1781 vez, quer dizer, a minha opinião é o seguinte, de que nós temos que separar as
1782 coisas, eu acho que a primeira coisa é puxar do relatório o que foi dado como
1783 mandato ao Grupo de Trabalho, atendeu? Nós como câmara técnica, vamos
1784 referendar essa parte, realmente o grupo de trabalho cumpriu o mandato que lhe foi
1785 dado e está, ok, isso vai ser apresentado. Agora, quando você começa a estudar
1786 mais, entra mais a fundo em determinado tema, você começa a ver que começa a
1787 surgir, quer dizer é uma das próprias demandas da Resolução que foi verificar o
1788 impacto do corpo d'água só que isso ficou mascarado, como você mostrou, como
1789 você falou leva uma série de especulações que podem ou não, serem razoáveis e
1790 acho que nós como câmara técnica teríamos que em uma segunda etapa, debruçar
1791 sobre isso. Quando eu falei da questão do tratamento em (...), quer dizer, o meu

1792receio, até porque teho poucos anos de CONAMA, é de que quando você joga uma
1793palavra dessa forma, passa-se adotar. Então, o Cláudio Alonso e várias pessoas
1794aqui, podem se lembrar que há um tempo atrás, nós levamos a plenária uma
1795proposta de resolução de licenciamento simplificado para instalação de estação de
1796tratamento e me lembro, como se fosse hoje, o José Cláudio Junqueira, em certo
1797ponto de reunião, falar assim: gente, vocês estão colocando tantas exigências nesse
1798licenciamento simplificado, é para colocar uma estação despoluidora. Quer dizer,
1799vocês estão criando tantos obstáculos para se colocar uma estação de tratamento
1800de esgoto nesse país que não vai ser mais simplificado. Então, quem conhece o
1801funcionamento do CONAMA, entende perfeitamente o que eu estou dizendo. Então,
1802essa questão, quando se joga em uma recomendação essa questão de tratamento
1803terciário sem colocar (...), limites ou contexto. Foi só isso que eu quis alertar, nesse
1804sentido.

1805

1806**A SR^a. CLEIDE (CONAMA)** – Uma discussão que teve lá no grupo de trabalho, até
1807uma abordagem que Patrícia não fez, apesar de nós termos vibrado com o
1808resultado. Foi que quando saiu a resolução os índices aplicados de concentração,
1809não é Patrícia, aplicados pela indústria já estavam reduzidos pela metade, ou seja,
1810quando nós queremos falar em impacto de resolução, eu acho que esse é o
1811exemplo, a resolução antes mesmo de ser publicada já tinha induzido a indústria a
1812diminuir a sua contribuição de fósforo. Eu vi na semana passada, bom, houve uma
1813negociação até para com as indústrias o que é possível chegar e esse valor
1814apresentado aí, de três e pouco de redução já foi negociado com a indústria. Estou
1815certa Patrícia? Mais ou menos? Eu li há umas duas semanas na *Veja*, já uma notícia
1816da indústria, naquela *Veja Ecológica*, as reduções de que a indústria está tentando
1817praticamente abolir ou diminuir consideravelmente o fósforo nas suas formulações,
1818ou seja, nós temos que avançar um pouquinho, ver a fonte, se a sociedade está
1819pedindo, se já existe uma predisposição eu acho que não sentido demorar mais
1820numa revisão e ficar a aquém ainda da expectativa.

1821

1822**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – eu queria justamente ouvir primeiro o
1823Ministério da Saúde e depois eu queria ouvir a ANA e o do Ministério do Meio
1824Ambiente até porque eu acho que terei que preparar um resumo para encaminhar
1825esse processo para o plenário, e talvez eu vá sugerir que o próprio Ministério faça
1826esse resumo para trazer aqui para esta câmara técnica.

1827

1828**O SR. ERIC FISCHER REMPE (Vigilância em Saúde Ambiental/MS)** – Não
1829particpei da discussão e, na apresentação me colocam algumas questões ali do
1830antes e depois. Aqui a Cleide já levantou que no antes quando se começou já havia
1831um monte de coisas, então feita pela indústria com a redução o trabalho não
1832conseguiu caracterizar que houve redução no ambiente. A impressão que me deu da
1833apresentação é que houve redução clara da carga lançada e na formulação. Agora,
1834com relação aos dados de qualidade ambiental, não conseguiu se identificar nada e
1835ainda trouxe uma pesquisa dos Estados Unidos onde eles também não conseguiram
1836identificar alteração, mas o que eu queria era uma resposta aqui é dizer não, teve
1837isso e não teve isso. Então, com base nesse resultado, não posso recomendar uma
1838redução de carga de fosfato nos detergentes porque eu não tive o resultado final no
1839ambiente, que o mandato parece que era tentar identificar isso. Então, eu pelo
1840menos gostaria de ter informações de que metodologia poderia ser utilizada fazendo
1841a limpeza para conseguir obter essa resposta. E outra coisa que não entendi, o que

1842traz àquela pesquisa fantástica que foi feita de qualidade nos ambientes com 1.160
1843pontos de análise para responder a pergunta exatamente aqui. No máximo ela diz
1844que comprova que o monitoramento de qualidade ambiental no Brasil não é feito é
1845preciso fazer uma pesquisa dessas para sair em cima disso, então a câmara deve
1846pensar muito bem de que forma apresentar esse outro aspecto ali porque o
1847resultado apresentado foi que nas regiões urbanas têm mais fosfato e nas outras
1848não. São esses questionamentos com algumas questões técnicas ali que seria bom
1849a câmara pensar então a idéia do seu grupo ali de analisar isso é bem interessante.

1850

1851**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Patrícia depois...

1852**A SR^a. PATRÍCIA** – Eu queria responder o Éric. Vamos por partes. Primeiro mesmo
1853se a gente tivesse banido o fósforo não ia dar para enxergar em 5 anos uma
1854redução clara na qualidade. Nos Estados Unidos foi banimento e eles não
1855conseguiram enxergar na maioria dos casos, porque você tem as outra fontes. Tem
1856casos e casos. Tem casos que você faz uma redução em 95% das fontes, mas aí
1857você tem a carga interna, o fósforo está acumulado no sedimento, e aí você precisa
1858de 5 tempos de retenção se é um ambiente fechado, se é um lago, por exemplo,
1859para começar a ter uma alteração. Então é aquela história coloca lá revisão de 5, 4
1860ou 3 anos para revisar, aí a gente vai revisar e você não consegue achar, mesmo se
1861estivesse banido. Mesmo porque a população continuou a crescer, o hábito
1862alimentar mudou tudo isso muda na carga de fósforo. Nesse trabalho do Brasil das
1863águas vou dar um exemplo: na bacia hidrográfica do Paraguai foi identificado o
1864seguinte: atividade pecuária também exerce forte pressão, estima-se que na área do
1865Pantanal haja cerca de 5 milhões de cabeças da gado. Considerando que o boi
1866produz cerca de 5 vezes mais dejetos o que homem, a carga difusa resultando seria
1867equivalente a uma população de 25 milhões de pessoas, ou seja, eu vou ter criação
1868da gado, de porco, vou ter fertilizantes e uma série de outras coisas, por isso que há
1869uma gestão integrada, e eu concordo com você, se o negócio é pensar vamos
1870reduzir mais e para esperar que você vai ter um melhoria na qualidade da água
1871direto eu aposto meus 10 dedos que não vai ter, assim como apostei há 5 anos
1872atrás. Agora que teve uma redução na carga todo mundo foi possível notar que teve,
1873porque você com os dados da ABIQUIM, você vê com os dados do próprio IBAMA
1874são duas coisas diferentes. Daí você dar um passo e falar resolvi o problema, não
1875resolvi, a gente tem todas as outras coisas. Dê o primeiro passo, aliás, um dos,
1876porque não adianta dar apenas um passo e ficar estacionada.

1877

1878**A SR^a. MIRTES (MMA)** – Complementando a Patrícia, também acho que apesar de
1879não pedir, o relatório não enfatiza o porque da redução a mais da concentração do
1880fósforo e detergente, foi comprovada que a carga diminuiu mesmo a gente não
1881conseguindo comprovar, é uma coisa boa para o meio ambiente e a gente sabe a
1882redução daquela substância está menor naquele ambiente mesmo a gente não
1883conseguindo ver os efeitos, e eu queria só ressaltar aqui no § 1º do art. 7º da
1884resolução, ele fala que a resolução vai ser revisada em tal tempo e que deve
1885considerar pelo menos o consumo do detergente, a evolução dos níveis de fósforo
1886na água, avaliação da contribuição do controle das demais fontes desse elemento.
1887Então, a 359 já prevê essas recomendações que a gente fez no relatório. Só um
1888lembrete de onde veio e como faz para revisar e considerar essas coisas. Então,
1889não é especulação.

1890

1891 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Entre ela pedir e a gente conseguir
1892 têm uma grande distância. O que nós estamos fazendo, recomendações para qual a
1893 base de dados que eu tenho a metodologia não me dão certeza para que eu
1894 transforme em política pública, essa questão que eu estou querendo trazer, não é
1895 porque têm um comando da resolução que vamos dizer que tem que ter essas
1896 recomendações. Se tecnicamente e cientificamente não dá para fazer, eu tenho uma
1897 ordem e certeza enorme no que estou falando. Como é que eu volto a fazer uma
1898 recomendação para que se transforme em política pública se eu não tenho essa
1899 certeza, é essa a questão que estou querendo trazer e que é a preocupação que eu
1900 tenho da recomendação que a câmara tem que fazer, por isso está trazendo isso
1901 porque objetivamente é uma questão óbvia, reduziu-se a carga e está claro. Agora,
1902 como isso dialoga com a questão da qualidade da água e as recomendações que
1903 nós temos é uma grande distância entre o que está recomendando até minha
1904 própria visão de como deve funcionar. Acho que não tem um embasamento nesse
1905 trabalho para fazer essas recomendações. É isso que eu estou querendo trazer
1906 aqui, se há, por favor, me digam que estou errado.

1907

1908 **A SR^a. MIRTES (MMA)** – Mas você não acha relevante a gente estudar outras
1909 fontes?

1910

1911 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Estudar sim, agora tem que ver se
1912 fazem uma recomendação dizendo: aí está o relatório, o relatório atingiu e vamos
1913 encaminhar ao Ministério do Meio Ambiente para que ele organize esse grupo de
1914 trabalho porque nós não vamos tratar disso numa câmara técnica isso que eu quero
1915 deixar claro. Isso é função do Executivo, não função do Conselho. Então, eu queria
1916 deixar isso muito claro no encaminhamento que formos fazer, porque eu tenho medo
1917 dessas confusões, até porque no outro grupo de trabalho a gente já sabe a energia
1918 que nós tivemos para fazer que esse grupo de trabalho começasse a trabalhar e
1919 conseguisse achar uma abordagem e vamos trazer para uma instância que não tem
1920 essa capacidade para resolver esse problema, isso é uma questão do Executivo não
1921 é o Conselho.

1922

1923 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu só
1924 queria fazer um detalhe, só um adendo. Parece-me meio claro que as reduções dos
1925 níveis propostos já estavam praticamente de acordo com o que a indústria estava
1926 praticando. Então, é muito difícil você ao longo do tempo saber que houve uma
1927 redução, porque você já partiu do zero, digamos. Por outro lado, os dados indicam
1928 que os níveis praticados pela indústria hoje são mais baixas, alguns 50% e outros
1929 até maiores do que o recomendado na própria resolução. Eu acho muito ruim isso.
1930 Eu acho que é possível, não é a principal fonte, eu tenho certeza que não é, sem
1931 dúvida o dejetos..., (...) é bastante pronunciado no caso agrícola os dejetos animais e
1932 etc. No entanto, ele não é uma fonte desprezível e como foi falado aqui, fontes não
1933 desprezíveis deve ter um controle adequado, ninguém vai fazer revolução, soltar
1934 bomba atômica por causa disso e fazer discurso demagógico como se costuma
1935 fazer, no entanto, eu acho que é uma fonte de preocupação e em que pese até falar,
1936 que eu concordo, em termos de políticas públicas a norma sai do CONAMA e acho
1937 que é uma reflexão sobre a necessidade de revisão da norma colocando números
1938 mais compatíveis com a própria produção de hoje e tem alguns detalhes que não
1939 vou entrar aqui agora, que eu vi no relatório, que dá para você fazer pelo menos um
1940 balizamento e falar assim: olha, tudo bem, não vou baixar mais, mas você também

1941 não vai subir mais, porque do jeito que está pode subir, você concorda? Eu estou
1942 praticando metade do que a norma me permite e por alguma razão eu posso fazer
1943 isso. Algum produtor não existente, algum importador não existente. Então, eu vou
1944 olhar com muito cuidado isso, principalmente a produção, porque apesar de não ser
1945 a fonte principal, é uma fonte importante e dar para pelo menos fazer um
1946 balizamento diferenciado do que hoje está estabelecido na própria resolução.

1947

1948 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas eu acho que o encaminhamento,
1949 estou tentando, nós não vencemos a discussão de mérito aqui. Tem o Paulo Breno e
1950 depois Maurício. Mas eu vejo que nós vamos ter que fazer um encaminhamento com
1951 um relatório, vamos dizer assim, enfatizar aquelas recomendações que achamos
1952 que são relevantes para... Eu queria só ouvir o Paulo Breno.

1953

1954 **SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – É o seguinte: estamos em
1955 uma discussão aí e queria só pegar alguns pontos que eu acho que são importantes.
1956 Realmente tem uma dificuldade muito grande de levantamento desses dados e essa
1957 dificuldade apareceu nos resultados e seria até surpresa se não aparecesse. A
1958 primeira dificuldade, bom, nós resolvemos utilizar dados existentes e o que existe
1959 implantado e o que existe implantado não é o que se faria, vamos dizer, em uma
1960 pesquisa acadêmica, se você vai fazer uma pesquisa acadêmica e verificar como é
1961 que se comporta o corpo hídrico, você vai estar lá, você põe um estagiário lá ou
1962 alguém que vai tirar amostra toda hora do rio e vai levar a evolução. Gente, os
1963 órgãos ambientais tiram 3, 4 amostra por ano e fazem isso aí, quer dizer, não dá
1964 para querer cobrar que esses dados tenham realmente para dar uma conclusão
1965 perfeita, isso não dá. Ainda mais em corpos d'água que estão sujeitos a trovoadas
1966 não, mas a chuvas sim. Então, essas chuvas variam, o órgão ambiental tira as
1967 quatro amostras mais ou menos na mesma época, mas uma vez essa época está
1968 com mais chuva, outra vez está com menos chuva. Então, você tem uma
1969 concentração e a maioria dos órgãos mede concentração, parece que Minas é uma
1970 exceção que põe a carga, e quando você põe a carga você está com um
1971 acompanhamento, quando você põe concentração, nós sabemos que o que polui a
1972 carga é concentração x volume.

1973

1974 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Na
1975 emissão você trabalha com carga, agora no corpo d'água você trabalha com
1976 concentração.

1977

1978 **SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – Você faz à correlação a
1979 mesma carga vai provocar sensação maior ou menor e se você quer avaliar o efeito
1980 no rio, esse efeito como nós avaliamos a redução da carga, para avaliar o que
1981 correspondeu ao rio você precisa ter a carga que está lançada no rio, teria que ter a
1982 vazão do rio junto e nem sempre se tem. Quase nunca. Então, quer dizer, isso era
1983 uma coisa que eu discutia dentro da ANA, que nós procurávamos implantar na ANA,
1984 nas estações que a ANA recomendasse para implantar sempre a medida casada de
1985 qualidade com a quantidade. Então, vai fazer uma medida de qualidade, faz no
1986 mesmo dia, vai lá e ver a vazão. Bom, nós temos isso e temos todas as dificuldades
1987 do mundo e procuramos da melhor forma possível comparar esse resultado. Agora,
1988 queria esclarecer também que aquela recomendação do terciário, eu acho que se
1989 não fomos claros o suficiente pode ter havido um problema de comunicação, mas
1990 acho que do jeito que estará escrito lá o que falamos? Considerando nas regiões

1991 mais sujeitas a entrofização. Considerando a capacidade de suporte. Considerando
1992 o aporte de carga, quer dizer, não é espalhar terciário pelo Brasil inteiro, é só onde
1993 for preciso. Então, você vai economizar em um terciário e depois você vai causar
1994 uma entrofização, que vai causar cianobactérias e o curso vai sair muito maior.
1995 Então, eu acho que realmente agora em termo de evolução disso, nós sabíamos que
1996 estava em discussão a 357 e uma despreocupação que tivemos foi: “como que isso
1997 vai para frente”, e falei: “pode ser que tenha espaço para colocar na 357”, porque
1998 tem uma discussão, não está no mandato, talvez não esteja, mas a 357 tem coisas
1999 lá que não estão exatamente no mandato e que pelo mérito se julgou que talvez
2000 valha a pena e aqui estamos achando que pelo mérito em termos de proteger o meio
2001 ambiente e a saúde pública, talvez valha a pena. Então, eu acho que é
2002 praticamente...

2003

2004 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tenho uma questão e estou
2005 preocupado, porque eu acho que essas recomendações para ter efetividade tem que
2006 ter o endereço, “recomendo que o MMA formar um grupo não sei o que...”, porque
2007 daí nós podemos até encaminhar isso e dizer como questões que o Grupo de
2008 Trabalho levantou. Agora, necessariamente não quer dizer que a Câmara concorde
2009 com aquilo para que seja analisado, se nós entendermos que tem que fazer uma
2010 recomendação em relação à revisão dos parâmetros aí nós fazemos isso no
2011 encaminhamento. Porque não queria entrar aqui na discussão ponto por ponto,
2012 porque senão vamos fazer o relatório. Eu entendo a razão e as limitações e estou
2013 querendo fazer um encaminhamento bem pragmático, quais são as questões? Eu
2014 queria que daí houvesse um comentário, porque vamos ter que fazer o
2015 encaminhamento desse relatório que vocês acham que seria importante chamarmos
2016 atenção e que as outras questões tivessem um endereço em que nós
2017 apresentássemos esse relatório, o CONAMA decidir que o relatório está ali e que se
2018 utilizasse ele como elemento de discussão dessa questão, mas não como elemento
2019 que é à decisão sobre essa questão. Essa é a minha preocupação.

2020

2021 **SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – Nós nos preocupamos, às
2022 vezes, com o Regimento do CONAMA. Agora, essa ligação extra CONAMA, vamos
2023 dizer CONAMA e IBAMA, de motivar discussões, quer dizer, isso para mim não está
2024 muito claro. Agora, eu acho que o que você colocou talvez precisasse mesmo de um
2025 pouco mais de estudo antes de começar a ter um novo Grupo de Trabalho. Agora a
2026 melhor maneira de fazer isso em termos de comunicação do CONAMA com o
2027 IBAMA ou dentro do Ministério para mim não está claro, mas eu acho que talvez
2028 possa começar por aí, quer dizer, nós identificamos que precisa ser feito isso e isso
2029 provavelmente vai acabar em um GT. Agora, talvez não seja a melhor maneira, se
2030 começar o GT agora não seja mais apropriado e precisa de mais estudos. Nós
2031 podemos sugerir estudos por Grupo de Trabalho no CONAMA, Grupo de Trabalho
2032 integrado no Ministério do Meio Ambiente e a ANA pode participar, pode sugerir
2033 projetos no CTI se for o caso. Então, eu acho que tem uma série de coisas que
2034 podem ser sugeridas. Agora, não sei o que pode sair daqui e também não tenho
2035 tanta clareza disso.

2036

2037 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom o que eu vejo é o seguinte: nós
2038 temos um relatório e esse relatório tem algumas recomendações, acho que de forma
2039 geral as recomendações têm um grau de..., são adequadas em vários aspectos.
2040 Agora, a minha preocupação é que eu realmente tenho medo de nós ao encaminhar

2041esse relatório trazer para dentro da Câmara Técnica questões que não são da
2042Câmara Técnica e são do Executivo. Eu acho que esse Grupo de Trabalho pode
2043muito bem o Ministério, a ANA achando que é necessário os órgãos fazer um Grupo
2044de Trabalho para discutir essa questão e retorna depois a Câmara Técnica a não ser
2045que tenhamos entendimento que essa questão realmente prioritária e não
2046poderemos tratar aqui. Agora, não sei, que grau de prioridade nós vamos dar para
2047essa questão dentro dessa Câmara Técnica. Há uma sugestão de criar um Grupo de
2048Trabalho, não diz onde que cria esse Grupo de Trabalho também, se esse Grupo de
2049Trabalho é na Câmara Técnica, se é uma recomendação ao Ministério. Esse tipo de
2050situação para mim é muito vaga. Eu tenho um pouco de preocupação é com a
2051efetividade do relatório, por isso que eu estou propondo que se faça o
2052encaminhamento que se chame atenção de alguns pontos. Então, que tiramos
2053dessa Câmara alguém responsável por fazer esse relatório e que encaminhemos e
2054diga: “esse é o relatório, a Câmara Técnica entende que essas questões precisam
2055de um encaminhamento e façam uso do relatório nas instituições para as suas
2056políticas, os seus encaminhamentos que acharem necessário. O problema é que
2057tem pouca coisa que tem encaminhamento claro ali dentro.

2058

2059**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu acho que o
2060encaminhamento que você tinha feito antes de darmos uma olhada e ver realmente,
2061porque eu, pode ser ignorância minha, tenho dúvida que se um GT que vai fazer
2062uma avaliação é GT do CONAMA e não é GT de órgão executor para poder tomar
2063conhecimento, para poder ver que política pública deve ser feita. Eu tenho muita
2064dúvida em relação se isso é uma do Conselho, o Conselho não é executor, é
2065Conselheiro, dar diretrizes políticas. Então, eu tenho dúvida e não tenho opinião
2066formada. Então, talvez aquele encaminhamento que você deu primeiro, de nós
2067darmos uma olhada com calma e separar o que é do que e tudo, talvez seja o
2068mais...

2069

2070**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha proposta é que nós tiramos
2071alguém para refazer essa síntese.

2072

2073**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu não
2074sei essa preocupação do Volney e está me deixando em dúvida, porque não sei
2075onde nós vamos chegar. Existe um relatório de um Grupo de Trabalho, eu não li o
2076relatório como um todo, eu segui até porque o Nelson está lá e seguimos, mas não li
2077o relatório como um todo. Mas a minha sugestão de encaminhamento seria a
2078seguinte: existe um relatório, vamos aprovar ou não esse relatório? Para isso acho
2079nós poderíamos dar tempo até a próxima reunião para que nós lêssemos, de
2080repente o relatório está excelente e não tem modificação nenhuma e endossamos.
2081Parece-me que é isso, até onde eu li o relatório é bastante bom. Então, fazer um
2082resumo para apresentação, eles fizeram aqui e pode até melhorar isso, mas eu acho
2083que é isso mesmo. Eu não coloco muito em dúvida, até porque eu acompanhei com
2084algum detalhe a qualidade do relatório, o relatório como tal eu daria um tempo para
2085que nós analisássemos até a próxima reunião e ver se aprovamos ou não o
2086relatório. Aprovado o relatório nós cumprimos o que pede a Resolução. Mas não foi
2087feito, porque nós não apresentamos à Plenária. Eu não acho necessário, a menos
2088de uma reflexão maior, não acho necessário fazer um novo relatório e acho que o
2089que está aí, a menos uma coisa que nós discordamos, eu acho que está suficiente.
2090O relatório sucinto vai fazer o quê? Vai ser apresentação que é mais ou menos isso,

2091quem quer ler ele completo, tem completo, quem não quer ler ele completo, veja só
2092a apresentação como foi feito aqui. Eu acho que essa etapa está cumprida e daria
2093apenas um tempo até a próxima reunião para lermos com mais detalhe e refletir um
2094pouco. Isso é a parte do relatório. Quanto à parte de proposição se é aceita essa
2095ideia, nós poderíamos, não precisa fazer grupo, cada qual reflete e vamos discutir
2096em uma próxima reunião uma proposição que vamos fazer ou não, que pode ser
2097inclusive, como eu disse, proposição basta o que foi feito. Ou não ou quero que faça
2098raiz quadrada do fósforo, sei lá. Eu acho que não precisa mais coisa aqui, se o
2099relatório está aí eu acho que está bastante bom. Quer fazer um resumo e acho que
2100o resumo é esse, quem quer ler o resumo vai ver a apresentação no CONAMA e
2101quem quer ver mais detalhes ele está aí. A menos que nós discordemos de algo.
2102Então, me parece que não precisa fazer mais coisas e as propostas trazemos.

2103

2104**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha questão são as
2105recomendações, é essa a minha preocupação, a questão do relatório eu acho que
2106se cumpriu...

2107

2108**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Após a leitura vai estar
2109classificado para uma discussão aqui e vai ser colocada, primeira sugestão, mudar o
2110número, cabe? Cabe. Então, vamos levar essa recuperação para frente. Segunda
2111sugestão, criar um Grupo de Trabalho, nós não criamos Grupo de Trabalho no
2112Ministério, nós não temos autorização para isso, mas temos autoridade para criar
2113Grupo de Trabalho no CONAMA para ver outras coisas. Então, é isso, basicamente
2114é isso (...). As coisas já estão prontas.

2115

2116**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que não é a questão que está
2117simples. Eu acho o relatório okay. Agora, tem uma questão de encaminhamento que
2118acho que seria importante tirar alguém, porque não vejo naquela forma a Câmara
2119endossando plenamente.

2120

2121**O SR. MAURÍCIO LOBO ABREU (ANAMMA Sudeste)** – Eu vou pegar a discussão,
2122Volney, estão conversando. Eu acho que cabe ao CONAMA recomendar, inclusive
2123ao Poder Executivo e a todos os órgãos participantes de efetuar estudos, acho que é
2124possível e acho que pode ser uma recomendação, porque me parece uma
2125preocupação não só a questão do fósforo, mas a questão de formação agrotóxica.
2126Eu lembro no que Rio de Janeiro a Prefeitura estudou, há 14 anos, a Bahia tinha
2127formação de microagrotóxica, o Complexo Lagunar de Jacarepaguá também tinha,
2128inclusive fizemos contato com a universidade para comprar o primeiro equipamento
2129para pode medir peixe que tinha contaminação, fizeram um escândalo sobre aquilo,
2130mas não era objetivo. E agora eu não quero te preocupar, mas a Lagoa Rodrigo de
2131Freitas me parece em uma situação bastante complicada, o Estado afirma que o
2132oxigênio absorvido continua perfeito e a mortandade é absolutamente estranha.
2133Então, eu acho que há uma preocupação, quer dizer, não é questão de alarme, mas
2134eu acho que recomendar que se estude isso e complemente os estudos e, como o
2135Roberto lembrou também, (...) sucinta façamos, mas não que tenha um GT próprio
2136da Câmara Técnica e acho que não cabe nós desenvolvermos isso. É uma
2137recomendação do CONAMA aos entes do Poder Executivo do SISNAMA.

2138

2139**A SR^a. CLEIDE (CONAMA)** – Cláudio, eu queria só prestar um esclarecimento da
2140minha fala. Eu disse que a elaboração da Resolução já induziu a diminuição da

2141 carga de concentração no sabão e não porque ela demorou tanto que a indústria...,
2142 não foi isso, a indústria foi induzida a reduzir a carga já prevendo redução na
2143 Resolução e já reduziu mais ainda até por conta disso anunciando que vai reduzir.

2144

2145 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, gente, eu acho que a nossa
2146 proposta é que nós recolhamos o relatório, nós nos atemos a uma análise das
2147 recomendações, veja se ela está na forma clara e dependendo da nossa análise a
2148 minha sugestão e aí nós deixamos, talvez prepare até alguma coisa para a próxima
2149 reunião, porque acho que essa reunião fica muito destruturada sem ter algo na Mesa
2150 para discutir mais objetivamente. Mas nós fazemos uma análise do documento, do
2151 encaminhamento que se faz a esse relatório, não tem nenhum problema quanto à
2152 questão do relatório, mas a questão das recomendações, a maneira como essas
2153 recomendações podem ser recebidas, eu não gostaria deixar isso muito solto, com
2154 muitos graus de liberdade. Então, eu acho que o relatório, é um bom relatório, ele
2155 atendeu aos aspectos solicitados no âmbito da Resolução e acho que nós vamos ter
2156 um pouco mais de tempo para ler o relatório na sua forma completa, mas que
2157 pensem com muito cuidado essa questão das recomendações, porque quando
2158 colocamos no papel e manda para o Plenário essas recomendações esse negócio
2159 ganha outro grau de significância e não gostaria que fizéssemos isso sem ter
2160 claramente o que está fazendo.

2161

2162 **SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só um detalhe. Eu prefiro fazer alguma
2163 recomendação não muito, digamos assim, mais frouxa, do que não fazer
2164 recomendação nenhuma, daí sai um monte de recomendação de (...). Eu acho que é
2165 muito saudável que se faça uma recomendação.

2166

2167**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas aí deixamos claro onde é que
2168queremos chegar com essa recomendação e todos estão sabendo muito
2169claramente. Eu pediria principalmente para a ANA e para o Ministério do Meio
2170Ambiente refletir um pouco sobre essa questão, que tem interface com outras que
2171estamos tratando, como a própria questão da 357. Então, feito o encaminhamento.
2172Bom, nós temos um ponto ali que é a Agenda 2010, eu só queria passar e tomei a
2173liberdade de fazer uma planilha, que eu já tinha mais ou menos ensaiado em
2174outubro do ano passado, que é dar uma rápida... Eu queria agradecer a Patrícia, o
2175grupo do GT, que nos apresentou o relatório e acho que o relatório está de
2176excelente qualidade, no entanto, o que nos preocupa é a questão das
2177recomendações que achamos que tem que ter um certo cuidado para ajustar na
2178forma que sabemos que pode ser recebido no âmbito da Plenária do CONAMA.
2179Então, eu queria agradecer muito ao grupo do GT, nós sabemos o trabalho que
2180você tiveram de fazer essa coleta de informações, essa sistematização, mas agora
2181acho que ainda tem essas questões das recomendações que vamos ter que nos ater
2182aqui. Nós temos aqui uma série de pendências, são assuntos que estão na nossa
2183pauta. Então, eu tenho mais ou menos uma ideia, estou tentando formar...
2184Antigamente o que nós fazíamos? Nós colocávamos tudo na pauta daquela reunião
2185e ficava aquela preocupação, enchia essa sala, um pedia vistas e esvaziava a sala e
2186acabávamos em um ritmo meio caótico. Até aproveitando que esse ano ainda não
2187temos nenhum pedido de urgência e tentar ver se conseguimos organizar um pouco,
2188não tem nenhum, se nós conseguimos dar uma olhada na pauta, até para ir
2189preparando, vamos dizer assim, mas de duas ou três questões por reunião, começa
2190ficar algo difícil de organizarmos, e estou mais preocupado com a efetividade do
2191nosso trabalho, realmente eu estou tentando dar um pouco de oportunidade para
2192nós para criarmos algumas prioridades aqui. Então, nós temos essa agenda do
2193licenciamento ambiental, saúde, segurança do trabalhador, foram feitos os
2194encaminhamentos de parecer jurídico em contato com o Ministério do Trabalho. A
2195ideia seria que nós pautássemos essa discussão na próxima reunião da Câmara
2196Técnica. Eu só estou trazendo para vocês... Essa oficina seria um painel que nós
2197fariamos dentro da Câmara Técnica. Bom, depois nós temos ali a proposta da 357,
2198que também está... Vocês conseguem ler ali? Da 357. A questão da 370 que está
2199ali. Vamos avançando aí. Isso também é à mesma coisa, é a 357. Depois nós temos
2200ali o GT de monitoramento de fósforo, que nós devemos na próxima reunião
2201terminar a ideia que termina na próxima reunião. Então, pautamos isso na próxima
2202reunião. Nós temos aqui essa é uma discussão, vocês viram que, saiu à publicação
2203da dragagem, da revisão de dragagem nos autorizando. Eu tive uma discussão forte
2204com a nossa Consultoria Jurídica, a Consultoria Jurídica entendia que não deveria
2205aceitar uma Resolução que autoriza a Câmara Técnica, agora já pode, nós
2206explicamos que esse tipo de coisa era mais um acordo político, porque nós
2207sabíamos que a Câmara Técnica pode sempre revisar o que queira. Mas de certa
2208forma nós temos isso também que eu acho que temos um compromisso de fazer
2209essa discussão. Nós agora a ideia é que realmente a discussão que se vai abrir
2210agora, nós temos aqui duas questões que eu queria até tocar um pouco a
2211informação. Foi criado, feito aquele convênio com a COP. Então, aquele processo
2212de sistematização da informação, uma coisa incrível a pessoa dizer que não tinha
2213informação nenhuma, está cheio de informação sobre essa questão de dragagem.
2214Então, o pessoal está fazendo esse trabalho de sistematização. Então, isso está
2215andando, nós até podemos mais adiante pedir para trazer um relato sobre esse
2216trabalho. Vai ser para o final do ano. Mas é um processo que está em andamento e

2217de outro lado tem aquela discussão que é muito ligada a uma visão de licenciamento
2218ambiental de ajuste dessa Resolução para questão de licenciamento. Nós devemos
2219chamar dentro do Governo em uma reunião agora em março para discutir
2220encaminhamentos sobre essa questão e existe um compromisso dessa Câmara de
2221chamar com certa urgência pelo menos uma discussão sobre esse ponto
2222relacionado à revisão da 344 com esse enfoque para o licenciamento, comentou
2223com o próprio Alonso, disse que tinha questões que eram relevantes que a CETESB
2224entendia. Então, eu estou trazendo isso para vocês, porque isso é um compromisso
2225dessa Câmara. Depois nós temos que é também..., mas são duas coisas que podem
2226ser paralelas, Patrícia, uma coisa é o estudo que ele vai ajustar aquela revisão dos
2227parâmetros e outra coisa é essa questão mais de procedimentos e alguns conceitos,
2228que nós de certa forma assumimos esse compromisso. Depois nós temos a
2229Resolução que dispõe sobre mitigação de impostos, aquela questão do CO₂, ela
2230deverá retornar a partir da solicitação do MMA, não houve nenhuma solicitação por
2231enquanto, existe um processo aberto... Existe e é assim. Então, eu estou aqui
2232provocando. Nós temos aqui a outra, eu queria chamar atenção para vocês que é
2233aquela Resolução da que teve oficina e uma das avaliações que tivemos na própria
2234oficina foi que a própria Resolução está um pouco defasada, quer dizer, ela é de
22352001 a proposta inicial, passou por diversas revisões nesse tempo, mas ela nasce
2236de uma solicitação do IBAMA ligado as audiências públicas do São Francisco ainda.
2237E me parece essa Resolução aí, Maurício, eu não sei se você estava
2238acompanhando essa discussão, está muito ligada a uma perspectiva quase de
2239Regimento Interno de audiência pública e queria que dessem uma olhada nesse
2240processo com atenção, porque me parece que nessa altura da vida, onde
2241praticamente todos os estados têm seus regimentos internos e não justificaria fazer
2242uma modificação na 09 para daqui a pouco criar conflito com aquilo que já existe nos
2243Estados.

2244

2245**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Estudos da CNI apontam
2246que 24 das 27 Unidades Federadas têm regulamentação.

2247

2248**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então assim, essa é uma questão que
2249talvez, Maurício, seria importante dar uma observada aí, até porque eu estava
2250pensando em pautar isso na próxima reunião, porque está amadurecendo, eu quero
2251conversar com o IBAMA e acho que essa é uma Resolução que se querem fazer
2252outra discussão, que é o que tem aparecido, principalmente os nossos colegas das
2253ONGs ambientalistas e de comunicação do licenciamento, aspectos relacionados ao
2254próprio..., mais do que o licenciamento a necessidade das políticas públicas de uma
2255forma geral, porque nós acabamos fazendo dentro de uma audiência pública uma
2256discussão muito maior do que o projeto em si ali. Eu queria chamar atenção para
2257vocês que talvez essa seja uma questão que nós pudéssemos tratar em breve.

2258

2259**O SR. ERIC FISCHER REMPE (Vigilância em Saúde Ambiental/MS)** – O que
2260interessa ao Ministério da Saúde uma discussão de buscar inserção nas questões
2261de saúde no licenciamento ambiental, não exatamente só na audiência pública e
2262também não só no que vem depois no próximo ponto de pauta. Uma visão um pouco
2263mais ampla.

2264

2265**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha sugestão é o seguinte: que o
2266Ministério da Saúde procure o Ministério do Meio Ambiente e faça uma discussão de

2267 Governo antes de trazer para o CONAMA essa discussão, se é uma discussão que
2268 o Ministério entende que deve ser tratado primeiro dentro do Governo.

2269

2270 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Volney,
2271 nós ficamos com um monte de coisa “pendurada” e teria a seguinte sugestão: os
2272 Estados vão bem, obrigado, funcionam, não há um conflito maior, em termos de
2273 audiência pública estão, mas o resto estamos todos obrigados. O que sugeriria é o
2274 seguinte, não sei se é possível e se o Ministério aceitaria, me parece que se for é
2275 uma necessidade do Ministério do Meio Ambiente, se for, os Estados não tem essa
2276 necessidade. Então, eu pensaria o seguinte: vocês poderiam dar uma olhada e nos
2277 comunicar o seguinte: eu acho que é possível fazer uma Resolução apenas para o
2278 nível federal. Você consegue fazer isso.

2279

2280 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Resolução, nós fazemos Instrução
2281 Normativa do IBAMA e acabou.

2282

2283 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Então,
2284 se a área federal achar por bem fazer isso, nós limpamos e tira da área.

2285

2286 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas eu sou obrigado a pautar isso e
2287 fazer essa retirada formal. Já teve muito investimento nisso e tem que ter uma
2288 justificativa porque nós estamos retirando.

2289

2290 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Porque
2291 os Estados não querem e pronto.

2292

2293 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Os Estados não querem, mas eu
2294 gostaria de ouvir os nossos colegas das ONGs ambientalistas, que eles têm e
2295 tiveram toda uma participação e uma discussão. Eu conversei bastante com o Raul
2296 e o próprio Raul tem o entendimento que acha que essa Resolução não atende uma
2297 questão, que é o que preocupa que é mais a questão de comunicação do que
2298 realmente audiência pública, que audiência pública é uma coisa muito específica.

2299

2300 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
2301 sempre insisto. Essas preocupações, todas levantadas, se dão na esfera federal ou
2302 na esfera municipal?

2303

2304 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Essa aqui é uma Resolução, está
2305 sendo discutido na Câmara Técnica há 8 anos. Não é só o interesse federal, quer
2306 dizer, houve um interesse ou pelo menos houve um aceite por parte de todos os
2307 setores.

2308

2309 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Os
2310 Estados não têm interesse, por isso que eu pergunto: se há interesse na área
2311 federal especificamente e se as ONGs têm preocupação basicamente da forma com
2312 que ocorre na esfera federal, não me parece que isso ocorre nas esferas estaduais
2313 pelo menos até onde eu consigo perceber e uma Resolução do IBAMA é uma
2314 Instrução Normativa pode resolver isso, eu gostaria de limpar e estou falando isso
2315 para poder limpar um pouco e isso está desde 2001. Quando eu fiz parte desta outra
2316 Câmara nós perdemos e gastamos várias questões discutindo essa Resolução, aí

2317ela vai e volta, vai e volta e não sai. Os Estados não têm necessidade. Eu gostaria
2318de saber primeiro se as ONGs têm necessidade de opinar sobre os Estados, se não
2319tiver deixa só na esfera federal, se uma Instrução Normativa do IBAMA resolve faça-
2320se isso e tira da nossa pauta. Incomoda demais.

2321

2322**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós vamos pautar e vamos dizer que
2323não há mais necessidade. Vamos retirar de pauta. Tem que formalizar esse
2324processo.

2325

2326**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (Governo do Espírito Santo)** – Quando
2327aconteceu a oficina nós encaminhamos aqui uma pessoa que trabalha diretamente
2328com isso e nós chegamos à conclusão que essa alteração ia impactar
2329negativamente o nosso licenciamento. Eu só queria deixar isso bem claro e acabei
2330de conversar isso com a Cleide agora, se é um problema do IBAMA que seja visto
2331essa Instrução Normativa.

2332

2333**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O próprio IBAMA já tem os seus
2334procedimentos hoje. Eu acho que ela realmente está caducando, o que nós temos é
2335que fazer essa discussão. Ela perdeu o sentido e você retira de pauta e manda para
2336o arquivo.

2337

2338**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Para os Estados fazer
2339regulamentações públicas sobre audiências públicas foram resolvidas, deliberadas
2340dentro do Conselho, onde tem a participação da Sociedade Civil. Então, se tem um
2341Estado específico com algum problema o trabalho tem que ser feito lá. O perigoso é
2342tentarmos resolver aquele problema lá e depois jogar o trem para o Brasil inteiro,
2343quer dizer, você tira de um santo e cobre do outro, porque se você resolve um
2344problema em uma ponta desbarata todo em outras pontas. E eu estou afirmando 24
2345Estados têm Resolução formalizada sobre a audiência pública.

2346

2347**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, eu acho que esse é importante,
2348porque a nossa ideia é olhar sobre isso aí e ver a possibilidade de limpar a pauta. A
2349mesma coisa se aplica à segunda, o próprio Ministério vai falar sobre a necessidade
2350se entende ou não, foi apresentado pelo próprio Ministério, fui eu que apresentei e
2351também não conseguiu avançar nessa discussão do Portal de Licenciamento. Então,
2352isso aí nós devemos fechar uma posição para se for necessário retirar. Ok? Vamos
2353avançar. Temos aí a questão... Como é essa aí Cleide? A proposta de Resolução
2354dispõe sobre os pontos não contemplados. Nós temos essa discussão que está para
2355ser pautada da 393. Como que ficou, Alonso, a questão? Você deu o informe, mas
2356isso quer dizer que o Grupo de Trabalho está muito avançado. Então, isso aqui
2357deverá vir em pauta em breve, daqui 6 meses. Nós estendemos hoje. Então,
2358setembro nós pautamos essa daí. Nós temos a 393, que essa nós pedimos a SQA,
2359SMCQ, que está fazendo uma conversa com o IBP e com o IBAMA para fazer uma
2360análise do que está saindo hoje dos monitoramentos. Isso, não é Botelho? Nós
2361pedimos para fazer. Mas ela está em pauta também, que é essa discussão do TOG
2362e também tem a questão dos parâmetros aquele art. 14. Mas de qualquer jeito ficou
2363de retornar aqui o IBP e o IBAMA e fazer uma apresentação dessa questão do TOG,
2364isso ficou pendente, que é o que estão fazendo de monitoramento, esses dados
2365ficaram e nós vamos... 373 o que é essa aí? Áreas? O que é essa aí Cleide?

2366

2367 **A SRª. CLEIDE (CONAMA)** – É o pedido do Ministério Público antigo, antes da
2368 Resolução do PROCONVE, pedindo para estabelecer ou rever aqueles valores e
2369 nós achamos que ela está contemplada sim. Nós mandamos uma carta para o
2370 Ministério para que ele se manifestasse que se estivesse já contemplado na
2371 Resolução para se manifestar que retiraríamos, ele não se manifestou, faz um ano
2372 que nós perguntamos, ou seja, nós achamos que ele está contemplado. Então, é
2373 caso de também arquivar.

2374

2375 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, são essas as questões que nós
2376 temos na nossa agenda. A ideia talvez para a próxima reunião, nós já estamos com
2377 a 357 e a questão do fósforo, que esperamos que fósforo acabe na próxima reunião.
2378 Eu estava pensando em trazer a questão de audiências públicas, para aí deliberar
2379 sobre ela e dizer, ouvir, registrar aqui as posições e nós temos que ver essa questão
2380 da 344, que nós ficamos com aquele compromisso de chamar. Nós vamos fazer
2381 uma reunião de Governo para discutir um pouco isso dentro do Governo, o que é
2382 que está se querendo realmente esses setores, o Ministério do Transporte, ANTAC,
2383 esse setor, para nós realmente vermos, porque aquele grupo me deixou um pouco
2384 preocupado, porque eu vi uma questão extremamente central para alguns setores
2385 do Governo e o Governo não aparecia para discutir naquela discussão, estava o
2386 enfoque muito acadêmico em cima de uma questão que é fundamente gestão por
2387 licenciamento e ali não tem como fazer essa discussão daquele jeito que estava
2388 sendo feito. Então, nós temos que discutir como vamos fazer esse desdobramento
2389 dessa proposta, vamos dizer assim, que se pretende desenvolver em cima desses
2390 procedimentos para o licenciamento. Então, é saber muito bem o que está se
2391 querendo. Eu acho que o próprio setor, ontem eu conversei com o João Emilio sobre
2392 isso da CNT, nosso antigo coordenador do Grupo de Trabalho. Então, nós vamos
2393 analisar um pouco essa questão da 344 se nós temos condições de pautá-la ou não.
2394 Eu vou só registrar esse aspecto aqui, a minha intenção é de pautar, agora vamos
2395 ver se nós amadurecemos um pouco essa discussão, porque senão essa reunião
2396 vai ficar vazia e criar GT por GT.

2397

2398 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** –
2399 Quando você fala em pautar a 344 e colocou inclusive que está sendo uma
2400 revelação que existe muito mais lá do que se pensava, na hora que você pensa isso
2401 você pensa em que esse pessoal vem aqui e já diga alguma coisa do que observou.
2402 Como é que você pensa isso?

2403

2404 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós vamos deixar essa parte dos
2405 parâmetros andarem. Quando eles estiverem sistematizados assim: informação
2406 retorna para apresentar os resultados aqui. A princípio é isso. O que eu estou
2407 trazendo aqui é essa discussão mais do licenciamento, que é uma questão que
2408 vários setores os procedimentos para licenciamento, que é a aplicabilidade daquela
2409 Resolução sobre os aspectos de procedimentos e essa discussão que precisa no
2410 meu entender amadurecer um pouco, mas vamos ter que preparar ela para chegar
2411 na Câmara Técnica. Então, eu vou tentar fazer alguns contatos durante esse tempo,
2412 principalmente com o pessoal do Governo Federal, têm toda uma agenda de portos,
2413 hidrovias que o pessoal tem interesse em acelerar e, vamos dizer assim, essa
2414 questão aparece de forma recorrente. Então, nós temos que ver como trabalhar isso
2415 e por outro lado eu acho que é interessante os setores consultar os seus pares no

2416 sentido de que nós, ao chegar nessa reunião, tenhamos elementos. Eu não gostaria
2417 realmente de chegar despreparado para essa discussão da 344.

2418

2419 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – O que você está pensando
2420 é formar mesmo outro GT para fazer essa discussão?

2421

2422 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós temos duas alternativas ou nós
2423 fazemos uma discussão, ver até que ponto isso está maduro dentro do próprio
2424 Governo Federal dos governos estaduais e já traz para dentro daqui uma proposta,
2425 pode até já existir isso aí, e nós tomamos uma decisão se cria um GT ou se faz essa
2426 discussão na Câmara Técnica ou nós podemos chegar à conclusão que: nós vamos
2427 criar um GT, está previsto até na própria Resolução que temos esse mandato para
2428 fazer isso. Então, é uma questão que nós temos que analisar a conveniência de
2429 certa forma já foi dita aqui, mas a oportunidade de fazer isso, porque para ter
2430 encaminhamentos, para ter um bom conteúdo nessa discussão nós vamos ter que
2431 preparar essa temática, não vai cair do céu, pelo menos a outra experiência nossa
2432 foi bem complicada. Então, eu estou preocupado, não estou dizendo que não tenha
2433 métrica, mas para chegar nessa Câmara Técnica e não ficarmos aqui fazendo
2434 discussões vazias e recorrentes, às vezes, que é o que acontece, nós temos que
2435 colocar conteúdo antes para que chegue aqui já alguma coisa para discutirmos e
2436 não: está bom vamos criar um GT, não é isso que queremos na próxima reunião,
2437 nós queríamos poder fazer uma discussão, vamos colocar um pouco de energia
2438 para ver se nós conseguimos levantar alguns setores para trazer elementos, até
2439 para nós podermos fazer uma discussão sobre essa questão da 344/licenciamento.
2440 Ok? Gente, sobre a questão da saúde ocupacional tinha um informe ali, mas eu
2441 acho que as questões nós já informamos aqui nesse momento inicial.

2442

2443 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
2444 tenho uma coisa a dizer que você colocou especificamente como isso, porque nós
2445 poderíamos enterrar um monte de defunto. Existem pareceres, pelo menos eu não vi
2446 pareceres jurídicos sobre essa possibilidade da saúde do trabalhador, porque até
2447 onde eu li a lei é absolutamente impossível nós fazermos alguma coisa. Eu tenho
2448 essa revisão como químico e você têm como engenheiro. Tem o parecer jurídico?

2449

2450 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu não tive conhecimento. Foi
2451 encaminhada a consultoria jurídica, eu acho que a Cleide está aí, foi feito o pedido
2452 para que encaminhasse esse material para nós. Na medida em que tivesse vai ser
2453 pautado, se não houver não vai ser pautado e pode ser retirado.

2454

2455 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Saúde
2456 do trabalhador? Pintou uma Resolução.

2457

2458 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quem está conduzido essa discussão
2459 no Ministério é à Dr^a. Marília Marreco.

2460

2461 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – *(Intervenção fora do*
2462 *microfone).*

2463

2464 **O SR. ERIC FISCHER REMPE (Vigilância em Saúde Ambiental/MS)** – A
2465 fundamentação jurídica apresentada pela Dr^a. Marília, que está no site, colocada lá

2466 diz claramente que a referência à Constituição Federal é em relação ao ambiente do
2467 trabalho considerando. Então, tiveram ingerência ali em relação a essa questão
2468 colocada ali dentro. Mas isso está apresentado e vim aqui para exatamente ver em
2469 que pé está essa discussão e tal e buscar o envolvimento do Ministério da Saúde
2470 nessa discussão, porque a representação do Ministério da Saúde tem interesse
2471 nessa temática e quer estar trabalhando essa questão e de repente levar essa
2472 questão para apreciação, como tem questões que vem e vão para o IBAMA, vão
2473 para o MMA para ser apreciado antes de retornar a Câmara, talvez possamos fazer,
2474 apesar de nós não sermos dessa Câmara Técnica, talvez coubesse pelo menos
2475 uma conversa com os representantes do Ministério da Saúde, do que estão no
2476 CONAMA, para fazer uma apresentação desse tipo de proposta aí.

2477

2478 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu só
2479 queria falar uma coisa para você que é do Ministério da Saúde. Eu gostaria que você
2480 consultasse o art. 200 da Constituição, que claramente diz que isso é uma atribuição
2481 do Ministério da Saúde e não do Ministério do Meio Ambiente. Está claro aqui no
2482 200.

2483

2484 **SR. ERIC FISCHER REMPE (Vigilância em Saúde Ambiental/MS)** – Está
2485 alocado no artigo?

2486

2487 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Não
2488 existe citação legal nenhuma que o meio ambiente deve cuidar da saúde do
2489 trabalhador, porque todas as normas saem através do Ministério do Trabalho, as
2490 NRs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, não temos competência nenhuma para mexer nisso,
2491 nenhuma.

2492

2493 **SR. ERIC FISCHER REMPE (Vigilância em Saúde Ambiental/MS)** – Certo. Mas
2494 a apresentação que a Dr^a. Marília fez indica na Constituição Federal a questão de
2495 saúde do trabalhador na justificativa, não sei se você leu isso, mas isso está
2496 colocado no texto. Então, a questão jurídica veio do Ministério do Meio Ambiente.

2497

2498 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A informação que está hoje no
2499 CONAMA está disponível no processo e as questões que tiverem alguma dúvida, eu
2500 acho que o próprio Ministério da Saúde pode procurar o Ministério e conversar. No
2501 momento que nós pautarmos isso na Câmara Técnica se abre essa discussão na
2502 Câmara Técnica. Pode ser?

2503

2504 **SR. ERIC FISCHER REMPE (Vigilância em Saúde Ambiental/MS)** – Nós
2505 podemos ser convidados para essa discussão?

2506

2507 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – As reuniões são públicas e o Ministério
2508 está aberto.

2509

2510 **SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – (...), porque nós fizemos
2511 um levantamento de todas as condições compensatórias e fala licenciamento e
2512 quase que 60% delas são da área social. Medidas compensatórias do processo,
2513 compensação ambiental não. O licenciamento é aprovado, aí compensação,
2514 ambulância, jovem na escola, asfalto, é tão ridículo que o processo de licenciamento
2515 era para asfaltar uma via, aí teve o licenciamento do asfaltamento, que aí já tinha

2516outra compensação, quer dizer, daqui a pouco (...) precisa de tudo menos do meio
2517ambiente. (*Intervenção inaudível*).

2518

2519**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (Governo do Espírito Santo)** –
2520Complementando isso que a Patrícia está falando. No licenciamento ambiental nós
2521colocamos uma das condicionantes, que é uma Comissão para o acompanhamento
2522das condições. De licenciamento. E aí nós já temos que chamar a Secretaria do
2523Trabalho e a Secretaria de Saúde para participar, porque nós estamos trazendo a
2524sócio-economia.

2525

2526**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós demos uma passada nessa
2527listagem da nossa agenda, nós vamos tentar organizar a pauta da próxima reunião
2528mais ou menos com esse foco. Tem algumas questões que vocês já podem
2529visualizar, que é bom ir se preocupando. Data da próxima reunião? Ela será na
2530segunda quinzena de abril. Eu acho que nós vamos dar uma olhada, mas na
2531segunda quinzena de abril e nós avisamos com antecedência. Alguém está com o
2532calendário aí? A última semana quanto é que dá? Quarta-feira e quinta-feira. Tem
2533feriado? É que tem um monte de feriado. Na última semana quarta e quinta-feira.
2534Dias 28 e 29 de abril. Pode ser Cleide, 28 e 29? Cleide, eu queria que você fizesse a
2535apresentação dos nossos novos colegas do CONAMA.

2536

2537**A SR^a. CLEIDE (CONAMA)** – Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que
2538hoje é o meu último dia de Câmara Técnica. Eu tenho mais uma reunião no GT
2539Fontes Fixas e depois eu vou passar o bastão para o Adriano. Eu vou ficar com
2540muita saudades de vocês, faz 6 anos que trabalho aqui no CONAMA e foi muito
2541prazeroso trabalhar com vocês, aprendi muito a competência de vocês aqui e a
2542classe com que vocês trabalham, foi uma lição de vida, foi um curso que eu fiz aqui
2543no CONAMA. Muito obrigada a todos. (*Palmas*).

2544

2545**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gostaria de agradecer, então, a Cleide
2546com toda essa dedicação. Muito obrigado. E o Adriano, então, está lá e vai assumir a
2547próxima reunião em abril. A Cleide vai te passar toda a experiência. Bem-vindo ao
2548nosso trabalho aqui na Câmara Técnica.

2549

2550**A SR^a. CLEIDE (CONAMA)** – Eu tenho certeza que vocês vão adorar o trabalho do
2551Adriano, ele é muito atento, muito competente e muito sério.

2552

2553**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Alguém gostaria de fazer algum
2554informe de algum setor que gostaria antes de encerrarmos a reunião? Seria isso,
2555então? Eu queria agradecer a todos.

2556

2557**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Veja bem é uma preocupação
2558que eu quero trazer da nossa Câmara Técnica de Outorga e Ações de Regulação do
2559Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós estamos mexendo com o tema que
2560se chama: vazão mínima de remanescente que tem um rebatimento com a famosa e
2561famigerada vazão ecológica ou vazão ambiental e esse tema eu peço a esta
2562Câmara Técnica que comece a dar uma atenção, porque vai ter o rebatimento entre
2563os dois conselhos. Nós estamos trabalhando com a mínima remanescente, onde a
2564ambiental é uma das componentes dela, e vai ter uma necessidade técnica
2565consistente de ter uma manifestação com relação a todo o ordenamento de vazão

2566ecológica ou vazão ambiental, como queiram. Então, esse conceito é um conceito
2567que tem que transpirar aqui dentro dessa casa.

2568

2569**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Entraremos em contato com a
2570Secretaria Executiva do Conselho de Recursos Hídricos para ver se há necessidade
2571de fazer algum tipo de interlocução em um curto prazo. Eu acho que é isso. Eu
2572queria agradecer, nós não temos uma pauta para a primeira reunião não tão pesada,
2573uma pauta que foi mais fácil tanto é que vencemos em um dia de uma forma até
2574tranquilo, mas com certeza as próximas reuniões nós vamos retornar ao nosso ritmo
2575de um pouco mais de enfrentar os contraditórios. Então, eu queria agradecer todos
2576aí a presença e acho que cumprimos com a nossa pauta. Desejo a todos, que tenha
2577que retornar, uma boa viagem e espero que tenha acabado a questão dos táxis, a
2578greve dos táxis e com isso damos por encerrada a 40º Reunião da CTCQA.
2579Obrigado.